UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
(UFPE) CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS (CFCH)DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS (DCG)

O POVO DOS ROÇADOS: A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA EM ALDEIA – CAMARAGIBE/PE

Maria Carolina França da Costa

RECIFE – PE
2021

MARIA CAROLINA FRANÇA DA COSTA

O POVO DOS ROÇADOS: A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA EM ALDEIA – CAMARAGIBE/PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Pernambuco como requisito básico para a conclusão do curso de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Profº. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira.

RECIFE - PE
2021

O POVO DOS ROÇADOS: A REALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA EM ALDEIA – CAMARAGIBE/PE

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em _____/_____/2021, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Geografia, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, por todos os membros da Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

_____Nota 9,0
Prof. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira, Orientadora (UFPE)

_____Nota 9,0
Prof. Dra. Priscylla Karoline de Menezes (UFPE)

_____Nota 9,0
Profa. Dra. Camila Dutra dos Santos (UECE)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a todas as pessoas que de alguma forma foram importante na minha vida, ajudando a construir a mulher, professora, pesquisadora que me tornei. Especialmente a estes que citarei aqui.

À Deus por sua proteção e benção que me trouxe até aqui.

À minha mãe, mulher preta, guerreira e minha maior referência na vida. Sem a senhora nunca teria conseguido. Te amo muito.

As minhas irmãs, Eduarda e Bruna pelo companheirismo e união que sempre nos mantém firmes em qualquer etapa das nossas vidas.

Aos sobrinhos Wesley, Bruno e Maria Cecília que com amor e carinho me motivam e me regeneram sempre.

À Dafne, amiga/irmã querida que tornou a caminhada dentro da graduação mais prazerosa. Sou muito abençoada por ter você na minha vida, quero e vou levar para todo sempre.

À Lillian que com sua amizade me tornou uma pessoa melhor e com seu companheirismo me apoio nos momentos mais difíceis desses últimos anos.

À Caroline, amiga que compartilhei e sempre vou continuar compartilhando momentos inesquecíveis.

À Joyce, amiga fiel que topa tudo. Há oito anos compartilhando momentos e experiências fundamentais que nos trouxeram até aqui.

Ao meu namorado, amigo, companheiro, Vinicius. Seu amor me fortalece e me faz a mulher mais feliz desse mundo. Amo você.

À minha sogra, Joseane que tem sido uma segunda mãe me apoiando nessa nova etapa que se inicia. Sua força é inspiração na minha vida.

À minha orientadora, Mônica que foi um dos meus maiores presentes dentro da universidade. Obrigada por tudo.

À todos os professores do PPGEO que me ajudaram chegar até aqui.

Ao NEPPAG (Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia) por ser um laboratório plural, que acolhe e nos incentiva a sempre nos superar cada vez mais.

.

“Não dá mais para nos iludir cobrindo as feridas da Terra com esparadrapos. Ou mudamos o curso, preservando as condições de vitalidade da Terra ou o abismo já nos espera”

(LEONARDO BOFF)

RESUMO

O objetivo deste estudo advém da necessidade de entender quais impactos a agricultura familiar em Aldeia – Camaragipe/PE vem sofrendo devido o avanço da lógica moderna capitalista. Então através desses, se buscou analisar como o avanço da especulação imobiliária tem contribuido para o rompimento da racionalidade camponesa nesses espaços. Para a obtenção de dados foi elaborado uma vasta revisão bibliográfica, juntamente com a realização de pesquisa de campo e entrevistas na localidade, buscando mapear as áreas de roçados, além de compreender a realidade dos agricultores por meio dos relatos de experiências dos mesmos. Para o desenvolvimento das entrevistas e análise dos resultados a pesquisa foi baseada no método histórico-dialético, tendo em vista a necessidade e a importância de reflexão em relação às realidades, conflitos existentes, se caracterizando também como uma pesquisa de observação participante (Brandão, 1999) baseada no dilema de ‘’compreender para servir’’, onde “a relação de participação da prática científica no trabalho político das classes, seus sujeitos e seus mundos, por advir de uma natureza que contempla de forma significativa as vivências dos sujeitos, permitindo uma reflexão sobre quais fatores tem favorecido o rompimento da reprodução camponesa nesses espaços. Os resultados da pesquisa possibilitaram afirmar que as construções de condominios horizontais e empreendimentos, a dimuição do fenomeno de granjeiros, o rompimentos das novas gerações de agricultores em relação a lógica e modo de vida camponesa, a expulsão de agricultores de suas terras e falta de apoio da prefeitura de Camaragibe/PE na não valorização da agricultura familiar são alguns dos fatores que tem intensificado o processo de rompimento com a lógica camponesa na região. Porém, foi identificado várias formas de resistências camponesas na área, na qual, nos dão esperança da possibilidade de se contrapor a lógica capitalista de produção, por meio da adotação de principios e caminhos agroecológicos para manter e estimular o modo de vida camponês na região.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Neoliberal; Agroecologia.

ABSTRACT

The aim of this study comes from the need to understand which impacts family farming in Aldeia – Camaragipe/PE has been suffering due to the advance of modern capitalist logic. So through these, we sought to analyze how the advance of real estate speculation has contributed to the disruption of peasant rationality in these spaces. To obtain data, a vast bibliographic review was prepared, along with field research and interviews in the locality, seeking to map the swidden areas, in addition to understanding the reality of farmers through their reports of experiences. For the development of the interviews and analysis of the results, the research was based on the historical-dialectical method, considering the need and importance of reflection in relation to the realities, existing conflicts, also characterizing itself as a participant observation research (Brandão, 1999) based on the dilemma of "Understanding to serve", where “the relationship of participation of scientific practice in the political work of classes, their subjects and their worlds, as it arises from a nature that significantly contemplates the experiences of the subjects, allowing a reflection on which factors favored the disruption of peasant reproduction in these spaces. The research results made it possible to state that the construction of horizontal condominiums and enterprises, the reduction of the farmer phenomenon, the disruption of new generations of farmers in relation to the logic and peasant way of life, the expulsion of farmers from their lands and the lack of support from the municipality of Camaragibe/PE in the failure to value family farming are some of the factors that have intensified the process of breaking away from the peasant logic in the region. However, various forms of peasant resistance were identified in the area, which give us hope in the possibility of opposing the capitalist logic of production, through the adoption of agroecological principles and paths to maintain and encourage the peasant way of life in the region.

Keywords: Family Farming; Neoliberal development; Agroecology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do município de Camaragibe/PE

Figura 2 – APA Aldeia-Beberibe

Figura 3 - Casa de Maria Amazonas do antigo Engenho, 2021

Figura 4 – Casa grande do engenho Camaragibe

Figura 5 - Processo de ocupação e formação do município de Camaragibe

Figura 6 - Distribuição proporcional dos domicílios por nível de Segurança/Insegurança Alimentar no Brasil e macroregiões. VigiSAN Inqérito SA/IA - Covidid-19, Brasil, 2020

Figura 7: Distribuição dos condomínios horizontais no município de Camaragibe

Figura 8 – Condominio Flor do Juá, Aldeia/Camargibe, 2021

Figura 9 – Condominio Torquato de Castro, Aldeia/Camargibe, 2021

Figura 10 – Privê Portal de Aldeia, Aldeia/Camargibe, 2021

Figura 11 – Clube de Campo Alvorada, Aldeia/Camargibe, 2021

Figura 12 – Condominio Horizontal Privê Luzanópolis, Aldeia/Camargibe, 2021

Figura 13 – Green Garden, Aldeia/Camargibe, 2021

Figura 14 – Condominio Luar de Aldeia, Aldeia/Camargibe, 2021

Figura 15 – Condominio Luar de Aldeia, Aldeia/Camargibe, 2021

Figura 16 – Condominio Ipê de Aldeia em construção, Aldeia/Camargibe, 2021

Figura 17 – Propaganda Imobiliária, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 18 – Propaganda Imobiliária da Reserva Particular, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 19 – Áreas de roçados, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 20 – Plantação de Macaxeira, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 21 – Plantação de Feijão, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 22 – Plantação de Maracujá, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 23 – Plantação de Banana no quintal de uma residência, Aldeia/Camaragibe,

2021

Figura 24 – Plantação de Acerola no quintal de uma residência, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 25 – Plantação de Coco no quintal de uma residência, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 26 – Plantação de Mamão quintal de uma residência, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 27 – Plantação de Acerola no quintal de uma residência, Aldeia/Camaragibe, 2021

Figura 28. Mapa mental dos fatores que contribuíram para a diminuição da agricultura familiar camponesa em Aldeia

Figura 29– Localização geográfica do CEASA/PE, 2021

Figura 30 - O Centro de Abastecimento e Logística do Estado de Pernambuco

Figura 31 – Localização Geográfica do Mercado Municipal de Camaragibe/PE, 2021

Figura 32 – Mercado Municipal de Camaragibe, 2021

Figura 33 – Banca de feirante no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021

Figura 34 –Diversidade de frutas à venda no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021

Figura 35 – Diversidade de Alimentos in Natura no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021

Figura 36 – Diversidade de Alimentos com Beneficiados no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021

Figura 37 – Banca com Hortaliças no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021

Figura 38 – Ponto de venda de agricultores na estrada de Aldeia (PE 27)

Figura 39 – Ponto de Venda de Agricultores Com Ovoda de Granja Local na estrada de Aldeia (PE 27)

Figura 40 – Ponto de Venda de Agricultores com Venda de Milho Cozido na estrada de Aldeia (PE 27)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistas realizadas no campo na localidade de Vera Cruz (Aldeia, Camaragibe/PE)

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Decreto Nº 34.692, DE 17 de março de 2010.

ANEXO II - Memorial Descritivo

ANEXO II – Notícia CREA-PE em 07 dezembro de 2009:

ANEXO IV - Consulta ao site da CPRH Agência Estadual de Meio Ambiente/Governo do Estado de PE - APA Aldeia-Beberibe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....13

1. DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL: O COMEÇO DO FIM.....25

1.1 Florestas e Agriculturas em Camará-Gype (RioCamará) - PE.....25

1.2 Revolução Verde e Transformações do Vínculo Sociedade-Natureza 32

1.3 Contraposição ao modelo de desenvolvimento atual.....36

1.4 Aumento da Insegurança Alimentar intensificado pela Pandemia da Covid-19....38

2. AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA EM ALDEIA.....42

2.1 Arranjos e manobras dos grandes detenteores de terras em Aldeia.....42

2.2 Construções de condominios horizontais em Aldeia.....46

2.3 Resistência camponesa em Aldeia.....54

2.4 Agroecologia como esperança de retomada da a Agric. F. em Aldeia/Camaragibe.63

2.5 Segurança alimentar, Soberania alimentar para além do pacote agroquímico.....65

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....76

REFERÊNCIAS.....78

APÊNDICE.....85

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento imposto para a sociedade contribui para um aumento da desigualdade e nega a convivência da sociedade com a natureza. Esse período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006) no qual a sociedade está inserida atua na reformulação dos espaços (LEAL, 2012) por meio de um desenvolvimento geográfico desigual, sacrificando vivências locais onde a agricultura familiar de base camponesa era, até então, bastante diversificada e autossustentável. A cultura e o conhecimento científico ocidentais foram se tornando hegemônicos e passaram a ser considerados como a única alternatíva de atuar e conviver no mundo e, o que não se encontra nessa lógica é considerado atrasado, anticientífico, impossível de se conceber (SHIVA, 2003).

A produção em larga escala com base no pacote tecnológico da Revolução Verde causou uma ruptura na história da agricultura como ressalta Pereira (2012) gerando vários impactos sociais, perdas de variedades antigas milenares que vinham sendo repassadas de geração para geração entre os agricultores. A autora ressalta que a substituição de ciclos ecológicos locais que tinham como base recursos endógenos, diversificação nos sistemas rotacionais, por um sistema industrial que utiliza insumos exógenos industriais e um sistema de monoculturas com base no pacote tecnológico da Revolução Verde acabou gerando uma dependência dos agricultores a indústria, uma desterritorialização dos camponeses e uma mudança da funcionalidade do espaço. Na obra Monoculturas da Mente, Vandana Shiva (2003) faz uma série de denúncias contra os programas de biotecnologia e de monoculturas instaurado pelo sistema capitalista através de grandes empresas que são financiadas por agências internacionais que degradam a biodiversidade e silencia milênios de saberes que a humanidade foi acumulando ao longo de tanto tempo.

O agronegócio representa a face neoliberal do capitalismo no campo, contando com o apoio de órgãos internacionais como Organização Mundial do Comércio (OMC), empresas multinacionais e governos nacionais na dotação de politicas que estimulem cada vez mais a construções de cadeias produtivas que consigam abarcar as esferas de produção e circulação dos produtos agropecuários no mundo. Fernandes (2005:01) destaca que o agronegócio “é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista”. Fernandes (2004:01) entende que por meio de um estudo mais aprofundado que o agronegócio é bem mais que uma representação

do antigo sistema de plantation, ressalta que: “trata-se de uma nova forma de territorialização do capital no campo, forjada num contexto de políticas neoliberais e de intensificação dos processos de concentração e centralização do capital em múltiplas escalas, especialmente mundial”. No Brasil o agronegócio tem uma participação bem significativa em relação ao aumento do PIB brasileiro, porém, principalmente por gerar a concentração de terra e renda no país, contribui diretamente para o aumento e a manutenção das desigualdades dentro da sociedade.

Ao trazermos os roçados podemos destacar que se trata de uma pratica tradicional que ao longo da modernidade vai sofrer fortemente a interferência do modelo hegemônico de produção, gerando processos de rompimento com saberes milenares que sustentavam a base alimentar da população de forma mais adequada. Embora o sistema de produção camponesa seja simples, ao mesmo tempo é muito complexo, ou seja, é um modo de produção simples no sentido de que as familias camponesas não têm acesso a ‘altas’ tecnologias consideradas modernas e, desenvolvem uma pratica produtiva complexa que não dicotomiza a relação da agricultura com a natureza.

Pereira (2016) sinaliza que, por meio da presença das populações tradicionais nas áreas conservadas será possível alcançar um futuro sustentável com manutenção e conservação através das interações e ciclos ecológicos que são mantidos ali mesmo havendo o uso da natureza por essas populações que moram nesses locais. É possível observar uma valorização dos agricultores e do conhecimento em relação ao uso da natureza, havendo um profundo vínculo entre a agricultura e a floresta (PEREIRA, 2016).

Em relação às possibilidades de diálogos entre natureza, ser humano e natureza, Shiva (2003) defende que:

> A proteção da biodiversidade só pode ser assegurada se ela voltar a ser a base da produção da agricultura, da silvicultura e da produção animal. A prática da diversidade é a chave para a sua conservação. A biodiversidade não pode ser conservada a menos que a diversidade seja tomada como a lógica da produção (SHIVA, 2003, p. 15 apud PEREIRA, 2016).

Compreendemos a importância da perspectiva da Agroecologia conforme bem ressalta Pereira (2016) em sua reflexão sobre a construção do conhecimento: “Agroecologia como um paradigma emergente, que se constrói no processo de confronto com o paradigma dominante em nossa sociedade ocidental, cartesiana, reducionista, tecnicista e com base em uma concepção

de ciência neutra" (PEREIRA, 2016, p.3). A autora também fala sobre a importância da disciplina de agroecologia dentro das universidades na formação das novas gerações de profissionais, pesquisadores, educadores:

> O contato com a realidade e o diálogo de saberes possibilita vivenciar a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Permite quebrar o paradigma convencional e ir construindo as bases para outra visão de mundo. O despertar da sensibilidade na interação com as pessoas e com a natureza permite alcançar um significado especial, toca na vida, no sagrado, na percepção da importância de se construir a sustentabilidade na interação com a natureza (PEREIRA, 2016: p. 06)

De acordo com a evolução do pensamento agroecológico o uso da palavra agroecologia passou a ser adotada nos anos 70, porém, a ciência e a prática agroecologia são tão antigas quanto a agricultura (HECHT, 1993). Houve um processo de diálogo e interação com ambientalistas com a concepção da Agroecologia a partir dos anos 60 e 70: "os assuntos do ambientalismo coincidiam com a agroecologia, eles difundiram ao discurso agroecológico uma atitude crítica em relação à agronomia orientada para a produção e sensibilizaram para um grande número de assuntos relacionados aos recursos" (Hecht, 1934, p. 11).

Hecht (1993) afirma que o estudo de sistemas agrícolas da população nativa proporciona boa parte da matéria-prima para a formulação de hipóteses e de sistemas de produção alternativos para a agroecologia. A autora ressalta também que se torna cada vez mais amplo o estudo da agricultura nativa desenvolvido por equipes multidisciplinares. "Enfim, o estudo de tais sistemas tem sido crucial para o desenvolvimento do pensamento agroecológico" (Hecht, 1993, p. 15).

A agroecologia, formada primordialmente como uma disciplina que tinha como objetivo estudar os agroecossistemas, passou a ser concebida de forma mais profunda, por meio da contribuição de diferentes áreas de conhecimento. As origens da Agroecologia estão presentes no movimento ambiental, na ecologia, nas ciências agrícolas, nos estudos de agroecossistemas indígenas (HECHT, 1989). Leff (2002) ressalta que, os princípios e saberes agroecológicos ainda estão em processo de construção, recepcionando contribuições e influências de "(...) uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população" (LEFF, 2002, p.37).

ALTIERI (2002) afirma que a agroecologia tem uma abordagem agrícola que preza e prioriza os cuidados especiais com o meio ambiente, focando não apenas na produção, mas

também priorizando a sustentabilidade ecológica além de articular e integrar o sistema de produção como os ecossistemas locais.

A pesquisa em tela foi realizada em Aldeia dos Camarás, que está situada na parte Oeste da Região Metropolitana do Recife e ao norte do município de Camaragibe. Aldeia tem uma trajetoria histórica marcada pela agricultura familiar na região. Diversas familias se alimentavam e sobreviviam da agricultura desenvolvidas nas terras que estavam sem uso pelos proprietários ou pela prefeitura do município, bem como em diversos espaços "cedidos" por granjeiros. A especulação imobiliária na região atualmente é um dos principais processos que tem contribuído para a desvalorização do saber tradicional e da população agricultora em Aldeia. Nesse sentido, diversos processos tem causado a diminuição de atividades agrícolas em Aldeia – Camaragibe ao longo das décadas, processos esses gerados a partir da modernização da agricultura e a entrada do pacote da revolução verde como lógica dominante nos espaços rurais, em especial ressaltando o uso de adubos químicos, fertilizantes, agrotóxicos e sementes industrializadas. Esse processo tem gerado muitas consequências, tais como, o aumento de desemprego de agricultores e pessoas que viviam da produção de alimentos, a intensificação da saída do campo, aumento da concentração de terras e renda, problemas de saúde derivados da aplicação de agrotóxicos, poluição do solo e das águas pelo uso de agrotóxicos, uma maior compactação e esgotamento de nutrientes dos solos.

Para Krenak (2019), essa ideia de que a sociedade necessita se desvincular da terra para viver em uma abstração civilizatória é considerada totalmente absurda, visto que desconsidera a diversidade das formas de vida, de existência e de costumes milenares que durante muito tempo sustentaram a base da nossa sociedade respeitando a relação igualitária e de reciprocidade entre ser humano e natureza. Embora haja uma drástica diminuição da agricultura familiar na região é importante compreender quais são as alternativas que agricultores de Aldeia têm frente à pressão desse modelo de modernização que vem negando a diversidade do campo, os sujeitos e o papel da agricultura camponesa junto à sociedade. Tosetto et al (2013: pg. 13) refletem sobre a importância da produção agroecológica:

> A agroecologia fornece as bases para novas formas de agricultura, pois apresenta uma matriz integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas, e reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos (as) agricultores (as). (TOSETTO, CARDOSO & FURTADO, 2013. p 13).

A Agroecologia é uma ciência que vem construindo suas bases desde 1960, e tem como

caracteristística a contraposição ao modelo de produção imposto pela Revolução Verde, trazendo como pressuposto uma dinâmica de produção que consegue contemplar as relações culturais, sociais, econômicas e ambientais. Altieri orienta que: “A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas, tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 1988, p.17). Em contapartida, o modelo industrial de produção de alimentos baseado no desenvolvimento hegemônico vem sendo sinônimo de alta produtividade, crescimento econômico, porém, esse modelo impacta bastante as comunidades tradicionais através da homogenização da economia por meio de monoculturas e variedades transgênicas (PEREIRA, 2005).

Mignolo (2003, p. 73) compreende que “A classificação do planeta segundo o imaginário moderno / colonial, representada pela colonialidade do poder”. O autor ressalta que: “a diferença colonial é articulada à colonialidade do poder por meio do que hoje chamamos de modernidade”. A colonialidade permaneceu após a colonização, conforme Castro-Gómez, Santiago (2007, apud QUIJANO, 2007) ressalta:

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, áreas e dimensões, materiais e subjetivos, da existência cotidiana e em escala social Castro-Gómez, Santiago (2007), apud (QUIJANO, 2007, p. 93).

Dessa forma, a colonialidade é a classificação social que se baseia na noção de raça, com origem no caráter colonial, mas ultrapassam as singularidades do colonialismo (SILVA & PEREIRA, 2020), as autoras trazem a concepção de colonialidade, pois embora a sociedade acredite que o coronelismo esteja extinto, ele se materializa nos dias atuais por meio das colonialidades, atuando na dominação da sociedade. Para Quijano (1992, 2005; 2007), a colonialidade é a forma mais geral de dominação da atualidade. Maldonado-Torres (2007) complementa que as colonialidades se mantêm vivas até hoje nos livros didáticos, na cultura, no senso comum e em diversas esferas da modernidade. Para que a colonialidade consiga se estabelecer, ela tem como base a colonialidade do saber, a colonialidade do poder e a colonialidade do ser (QUIJANO, 2005; LANDER, 2005; CASTRO-GÓMES, 2007) e por fim, a colonialidade da natureza em Walsh (2008).

Através da perspectiva da Agroecologia, quais as possibilidades que se anunciam para esses desafios e para a agricultura familiar camponesa? Quais caminhos podem confrontar a lógica capitalista de produção e trazer alternativas para além desse modelo? Há resistências a esse processo que podem ser sinalizadas? Na localidade de Aldeia/Camaragibe quais os processos que vem se dando nos últimos 20 anos? De que forma a viabilidade de agroecossistemas de base agroecológica de produção pode contribuir como um caminho de restauração no contexto de desigualdade social e re-emergência da fome no âmbito da pandemia da Covid 19, bem como contribuir para sanar as mazelas que a pandemia da Covid-19 tem intensificado? Temos como premissa que é possível a partir da recuperação da relação mais íntima com a terra e com o processo de produção de forma mais integrada com a natureza, trazer o conhecimento de convivência com a natureza que é bem mais antigo que o período recente da revolução verde na agricultura, ressurgir a força do ser agricultor ou agricultora como ofício digno na sociedade.

A identidade componesa brasileira foi construída articulada com a história da formação do território brasileiro. Aldeia – Camaragibe/PE e boa parte do Nordeste brasileiro teve influencia muito grande da produção de cana-de-açucar dentro dos engenhos. É possível identificar a "presença do camponeses na figura do morador e do propriétários do sítio junto às áreas produtoras de cana-de-açucar" (MEDEIROS, p. 1, 2007). Segundo Manoel Corrêia de Andrade (1962), esses agricultores foram considerados o "germe do campesinato". Aldeia atuou como um lugar de acolhimento de pessoas que vinham de engenhos localizados no interior de Pernambuco.

Camponeses vinham com a esperança de conseguir fugir da vida de exploração que os engenhos de cana-de-açucar proporcionavam. A pouco mais de duas décadas atrás, duas famílias e a Prefeitura de Camaragibe tinham sob poder a maioria das terras de Aldeia, a família de Maria Amazonas e de Torquato de Castro. Muitos agricultores se estabeleciam nessas terras e formavam seus roçados durantes muitos anos. Haviam trocas de saberes, de alimentos, as famílias conseguiam se alimentar e sobreviver por meio dessas plantações. Macaxeira, batata, inhame, quiabo, diversas hortaliças, frutas, feijão, fava eram alguns dos alimentos produzidos nessas áreas. A organização desses agricultores forneciam alimentos nas feiras dentro do Mercado Municipal de Camaragibe, na PE-27 mais conhecida como estrada de Aldeia, além de disponibilizar alimentos para quem passava nos roçados com fome e sem algo para comer em casa. Embora já houvesse uma influência dos insumos químicos vindo do pacote da Revolução Verde, muitos agricultores praticavam trocas de sementes entre eles. Wanderley (1999) afirma que a agricultura familiar foi atravessada pelas transformações da modernidade:

> Adaptar às exigências da agricultura moderna, esta forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que "enfrentar" os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 1999, p. 15).

Com base nesse entendimento, discutir alternativas de recuperação da agricultura familiar camponesa da região, através de princípios agroecológicos de produção, é de suma importância para reproduzir e dar continuidade ao modo de vida camponês importantes para os desafios da sociedade atual frente à escassez de alimentos, ao adoecimento da população pelo envenenamento e processamento dos alimentos. O registro de como a organização social desses agricultores está sendo destruída permitirá a compreensão de como o sistema de desenvolvimento atual é excludente e devastador. Marques (2012) salienta que:

> O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2012 p. 65).

Em Aldeia implantou-se uma Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe que foi criada por meio do decreto governamental em 2010. Esta área é detentora de uma grande biodiversidade da Mata Atlântica aqui no Nordeste. Esses espaços de planejamento e de gestão ambiental possuem vários ecossistemas que tem uma importância grande a nível regional. A lei federal 9.985/2000 – que institui o Sistema Nacional de Unidades Conservação – de acordo com a categoria da unidade de conservação[1], permite o uso dentro dessas áreas de proteção de acordo com limites impostos pelo plano de manejo de cada unidade de conservação. Embora esta lei não faça distinção de classe, só quem consegue morar e conviver nesses espaços são pessoas que tenham um poder aquisitivo grande. Condomínios, reservas privadas são construídas e a maioria da população Aldeense juntamente com os agricultores não podem

[1] De acordo com SNUC (2000) as unidades de conservação estão subdivididas em unidades de conservação de proteção integral e unidades de conservação de uso sustentável.

conviver dentro desses espaços. Por meio da Agência Estadual de Meio Ambiente sabemos que a APA Aldeia-Beberibe possui uma área de 31.634 hectares, abarcando os municípuos de São Lourenço da Mata, Abreu e Lima, Recife, Araçoiaba, Camaragibe, Paudalho, Igarassu e Paulista. Em relação as essas áreas de proteção ambiental, Diegues (1996) considera a concepção da ação do ser humano como fator externo ao meio ambiente, configurando no mito moderno da natureza como intocada como algo baseado em uma visão excludente, onde a conservação de uma área só pode acontecer a partir do reflorestamento e da retirada da população daquela localidade. No caso de Aldeia, observa-se que são as familias e pessoas de classe média e classe média alta que usufruem desses espaços seja por condomínios aí construídos, seja por exemplo por trilhas percorridas como lazer.

A agricultura tradicional, diferente da agricultura industrial, mantem uma interação entre o solo, a água, os recursos energéticos das plantas, enquanto a agricultura vinda da Revolução Verde substitui essas relações com a integração de insumos químicos (SHIVA, 2003). Dessa forma é possível afirmar que, através de uma agricultura familiar baseada em princípios agroecológicos é possível conviver com a natureza, pois o modelo que dicotomiza as interações e relações dentro do sistema de produção de alimentos é o sistema moderno de produção. SHIVA (1992) enfatiza que o desaparecimento dos meios de vida da população está articulado à fragmentação/destruição da biodiversidade e que o melhor caminho para a conservação é a prática dessas atividades. É crucial que haja outro modelo que integre o ser humano e a natureza além desse modelo de preservação ambiental atual e do modo de agricultura que tem apenas a produção como prioridade (PEREIRA, 2007).

A pandemia da Covid - 19 está expondo e intensificando as mazelas capitalistas que o modelo neoliberal causa na sociedade. A ideia de Estado Mínimo faz com que haja uma falta de proteção social das classes mais precarizadas pela sociedade. A pandemia vem afetando diferentes territórios de forma diferenciada pelo mundo todo, castigando bem mais quem não tem a proteção do Estado. Esse momento histórico veio também para expor todos os problemas e falhas do modelo capitalista em prol da sociedade, denunciando os desastres ambientais, a degradação e destruição de ecossistemas, o genocídeo dos povos, a escassez de água, as alterações climáticas, a insegurança alimentar e entre outros. Krenak (2020, p. 95) orienta que "neste momento, estamos sendo desafiados por uma espécie de erosão da vida. Os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a utilização constante de novas tecnologias, também são consumidos por elas". Krenak (2019, p. 14) enfatiza também que "essa modernização jogou essa gente do campo e das florestas para viver em favelas e periferias, para virar mão de obra em centros urbanos". Sendo assim, entende-se a Agroecologia como um importante enfoque

sistemático nesse momento da pandemia, ajudando a desenvolver maior justiça social e ambiental dentro dos territórios.

Delgado (p. 5, 2005) entende que “o pensamento econômico hegemônico no Brasil ficou calcado no pensamento funcionalista norte-americano com respeito aos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico” . Ou seja, esse pensamento acreditava que a agricultura tinha como uns dos seus objetivos liberar mão-de-obra para a indústria, gerar grande oferta de alimentos, suprir matérias primas para indústrias, tinha também que aumentar as exportações agrícolas; e por fim, transferir renda real para o setor urbano (DELGADO, 2005). Dessa forma é possível compreender que o pensamento hegêmonico dentro do setor de produção de alimentos desconsidera a forma de produção tradicional, visto que, seus princípios são baseados apenas no aumento do lucro através da produção dessas mercadorias. Stédile (1997) ressalta que a lógica hegêmonica trabalha no sentido de fazer como que os camponeses cumpram o papel de fornecer mão-de-obra barata para a indústria na cidade. Outro ponto que o autor salienta é que essa lógica hegemônica trabalha no sentido de estimular que os filhos dos camponeses abandonem a vida camponesa e vão para as cidades em busca de empregos, “em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária” (STÉDILE, p. 5, 2005).

O reconhecimento de roçados na região de Aldeia possibilitará a reflexão a respeito de um zoneamento agroecológico do município ou do governo estadual, a reflexão acerca da reconstrução e valorização de atividades socioambientais por meio da participação do entorno na recuperação ecológica e o reconhecimento, visibilização e permanência da agricultura familiar camponesa na região.

O interesse pelo tema trabalho adveio da minha observação como moradora da região, tendo em minha infância várias lembranças em relação a grande abundância de agricultura nesses espaços que hoje são ocupados por grandes empreendimento imobiliários que ao longo das décadas foram passando por cima da cultura camponesa presente na grande maioria dos residentes da região. A agricultura camponesa tem e teve seu papel importante na alimentação dos e no modo de vida dos Aldeenses durante muito tempo. Toda essa história corre sérios riscos de ser extinta devido aos impactos que da relação campo cidade presente nessa área. Dessa forma, a pesquisa é bastante pertinente tanto para a comunidade quanto para geografia pois através dela é possível analisar quais as mudanças, quais foram consequências que esse território veio sofrendo ao longo do tempo e quais possíveis caminhos para se contrapor esse avanço imobiliário que possa desencadear a permanência e a reprodução do modo de vida camponês dentre as comunidades que aí resistem.

Nesse sentido, a problemática da presente pesquisa traz algumas questões centrais**:** Quais processos ou fenômenos têm contribuído para a diminuição de atividades agrícolas em Aldeia ao longo das décadas? Quais mudanças o território vem sofrendo com o avanço da lógica hegemônica do capital? Quais impactos a pandemia da covid-19 tem causado na agricultura familiar entre os Aldeenses? Tendo como base agroecossistemas de base agroecológica, quais possíveis alternativas os agricultores da região têm utilizado como forma de resistir e se contrapor aos sistemas de produção dominante?

Como **objetivo geral** da pesquisa buscamos analisar como foi o processo de transformação da agricultura camponesa em Aldeia e quais fatores centrais contribuíram para a diminuição das áreas de plantio de alimentos pelos agricultores. Para conseguir atender ao objetivo geral da pesquisa, buscou-se: Identificar características gerais em relação a condição do trabalho agrícola na área estudada; Compreender os motivos que ao longo do tempo tornaram as atividades agrícolas mais escassas entre os Aldeenses; Registrar as áreas de roçados; Debater a importância de agroecossistemas de base agroecológica na agricultura familiar em Aldeia e seu papel na sociedade hoje; Analisar o contexto e os impactos que a pandemia da Covid-19 trouxe para a agricultura familiar camponesa de Aldeia.

A elaboração da pesquisa foi planejada com base no método histórico-dialético, tendo em vista a necessidade e a importância de reflexão em relação às realidades, conflitos existentes dentro dessa sociedade capitalista neoliberal que tem como base a exploração da vida, compreensão das especificidades das realidades do sujeito da pesquisa e da capacidade de resistência dos camponeses. Foi possível avaliar as dinâmicas e as transformações ocorridas no território e, principalmente refletir e problematizar possíveis alternativas que ajudarão a mudar o atual cenário. De acordo com uma perspectiva descolonial a metodologia foi suleadora contrapondo a visão do norte com o intuito de descolonizar o pensamento em relação a área pesquisada.

Em relação à natureza da pesquisa, esta se encaixa como pesquisa de observação participante (BRANDÃO, 2007) buscando o dilema de ‘’Compreender para servir’’, onde “a relação de participação da prática científica no trabalho político das classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classes que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa” (BRANDÃO, 1999, p.13). Apesar disso, o autor notifica que pesquisador e o sujeito da pesquisa não precisam ser necessariamente iguais para que o pesquisador consiga conhecê-lo. Dessa forma, é necessário que o pesquisador tenha compromissos e participação com a vivência e a história do outro para que a pesquisa compreenda para servir. A investigação tem

como referência o conceito de comunicação de Paulo Freire (1982) tendo como foco o processo de diálogo para a construção de conhecimento.

Dessa maneira, os procedimentos foram divididos em três etapas. Primeiramente envolveu: uma revisão de literatura, onde se fez um estudo intenso que caminhou pelo contexto histórico da agricultura antes e depois da penetração da tecnolgia no campo. A segunda etapa se desenvolveu para a compreensao da realidade local da agricultura familiar na área estudada, com base na realização de visitas de campo e entrevistas com agricultores e moradores da região. Foi inicialmente feito um trabalho de campo de reconhecimento e uma entrevista piloto nos meses de setembro e outubro, e durante o mês de outubro e novembro de 2021 foram realizadas 10 entrevistas (quadro 1) na localidade de Vera cruz, Aldeia, Camaragibe/PE. Como última etapa, houve a análise e tratamento de dados e informações obtidas, para que assim se permita uma aproximação com a realidade local e a compreensão dos processos que estão pressionando e ocasionando a diminuição da agricultura familiar na região.

QUADRO 1 – ENTREVISTAS REALIZADAS NO CAMPO NA LOCALIDADE DE VERA CRUZ (ALDEIA, CAMARAGIBE/PE)

ENTREVISTAS	NOME	CARACTERÍSTICAS/ OFÍCIO
1.	Luzinete M. F	Agricultora, 69 anos, filha de agricultores.
2.	Luiz J. S	Agricultor, 65 anos, filho de agricultores de engenho.
3.	Henrique F. L	Agricultor, dono de roçado, 85 anos, filho de agricultores de engenho.
4.	Alcione B. L	Dona de casa, 43 anos, filha de agricultores.
5.	Maria de F. S. N	Dona de casa, 39 anos, neta de agricultores.
6.	Bruna M. F. C	Auxiliar de serviços gerais, 28 anos, filha e neta de agricultores.
7.	José M. C	Agricultor, 83 anos, filho e neto de agricultores de engenho.
8.	Terezinha M. L. O	Agricultora, 78 anos, filha e neta de agricultores.
9.	Sandra M. F	Doméstica, 52 anos, filha e neta de agricultores.
10.	Arthur V. S	Auxiliar de carpinteiro, 22 anos, neto de agricultores.

As entrevistas foram realizadas em um período desafiador para todos, durante a pandemia decorrente da Covid 19. Todos os protocolos de segurança contra a covid-19 foram respeitados

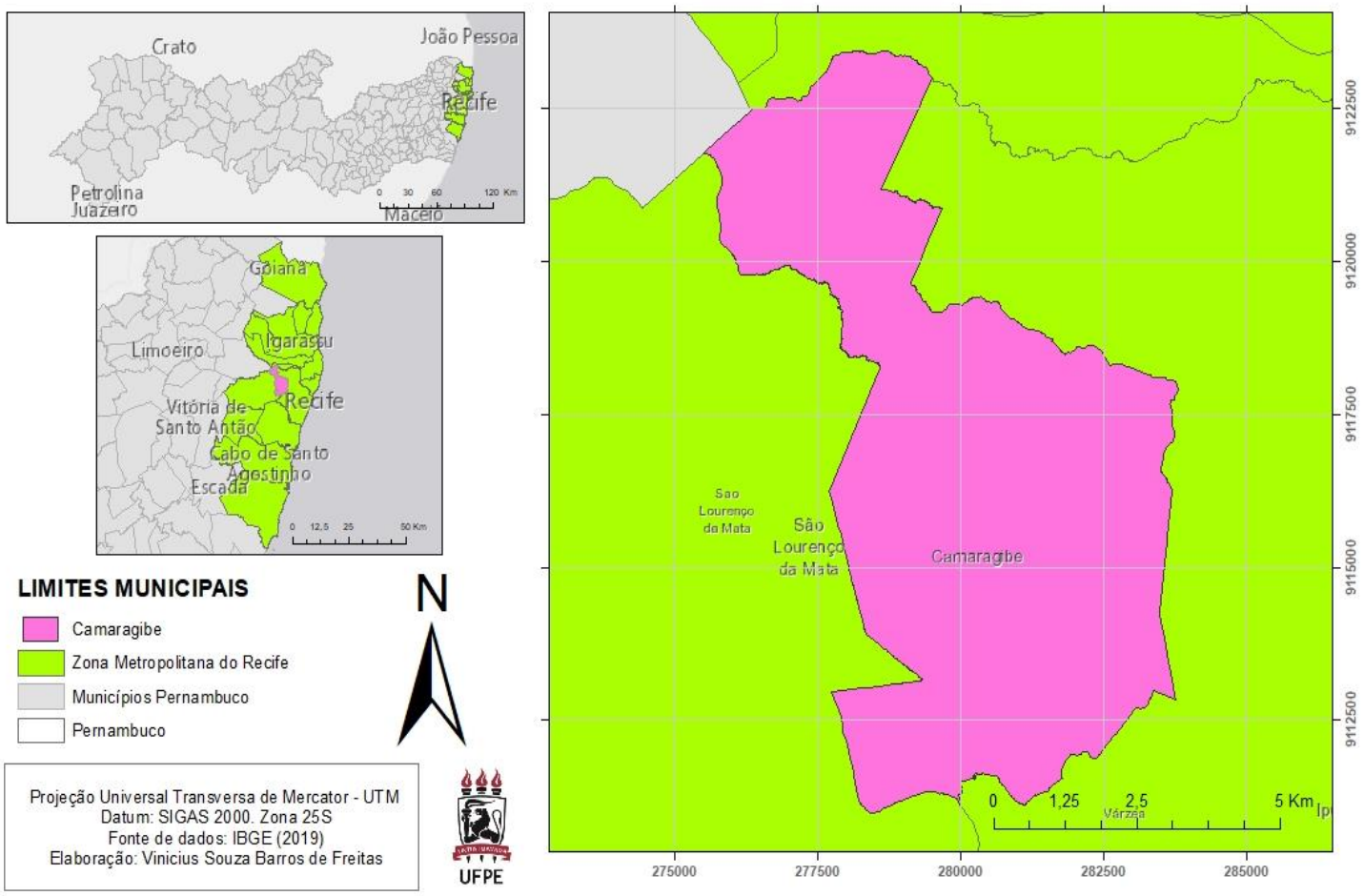
ao longo das entrevistas e das visitas nos roçados. Houve uma grande dificuldade para conseguir localizar os agricultores que ainda tem roçado na área, visto que está se tornando cada vez mais escasso o plantio de alimentos na localidade. Os roçados que eram predominantes na área estudada, hoje, dão espaço para o avanço do mercado imobiliário e o desenvolvimento de outras atividades não relacionadas à produção de alimentos.

1. DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL: O COMEÇO DO FIM

1.1 Camará-Gype (Rio Camará), terra dos Índios Camarás, Camaragibe/PE

Camaragibe – PE (fig. 1) localiza-se entre 35º 02’52’’ de longitude Oeste de Greenwich e 08º58’18’ da latitude Sul, sendo um município limítrofe com Recife, Paudalho e Paulista, São Lourenço da Mata, sendo um dos principais municipios da região metropolitana do Recife. O município de Camaragibe tem como principal via de acesso a rodovia PE-27, mais populamente conhecida como a Estrada de Aldeia, possuindo 17 quilômetros em sua extensão, sendo que apenas 13 km perpassam pela Camaragibe. Fatores tem contribuido para o intenso processo de ocupação na área e as mudanças de uso e ocupação do solo em Aldeia, fruto do avanço do mercado imobiliário, que tem resultado em desterritorialização do camponês. Aldeia, atualmente, dispõe de uma pequena rede de comércio e serviços, ao longo da Estrada de Aldeia (PE-27) e no centro comercial no bairro de Vera Cruz, destinada ao abastecimento da população.

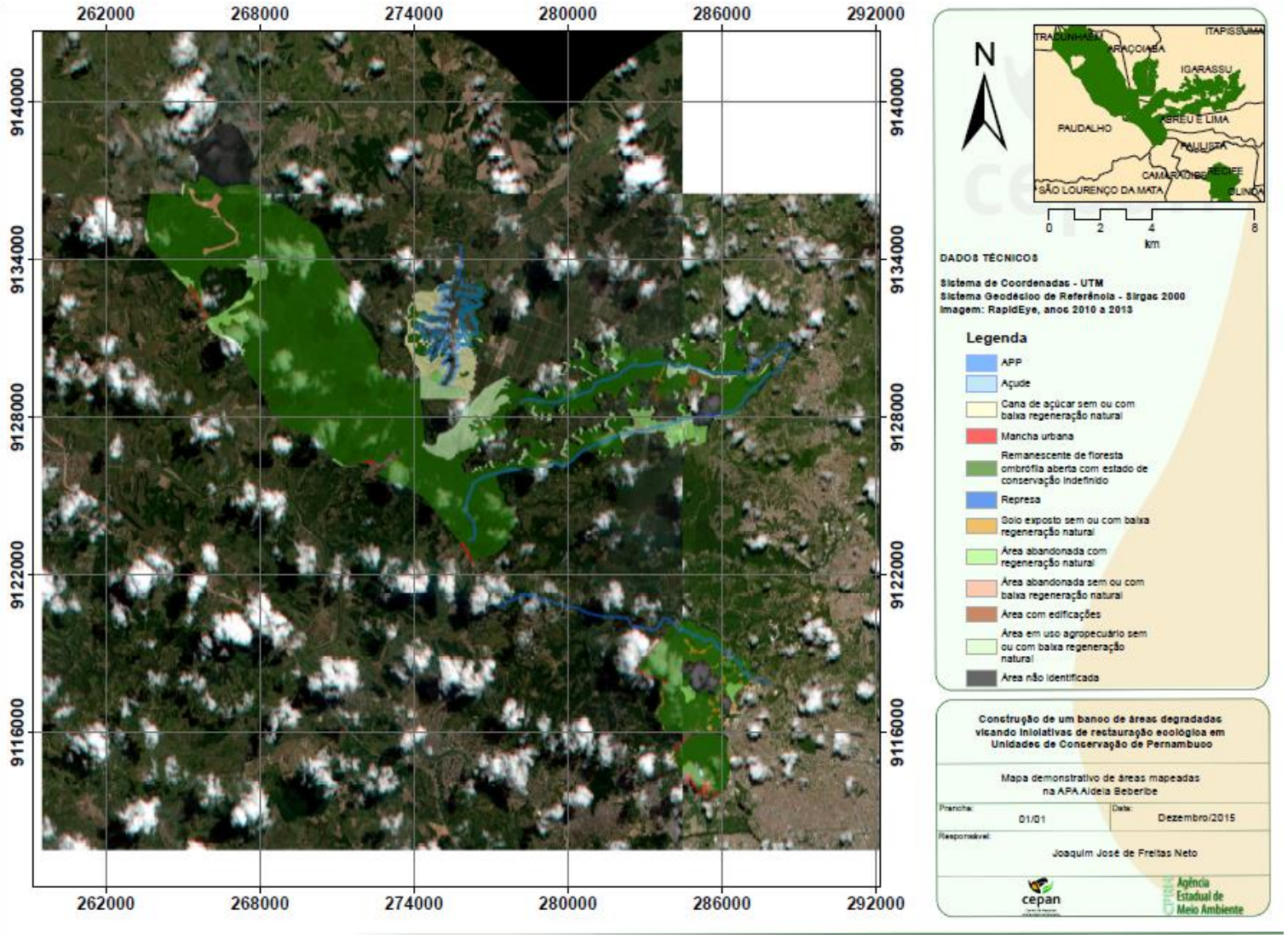
Figura 1- Localização do município de Camaragibe/PE



Fonte: Vinicius Freitas, 2021.

Conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Camaragibe de 1997, Aldeia faz parte de uma Área Especial, está dentro de uma Zona Especial de Preservação Ambiental (fig.2), estando “protegida” pela Lei Estadual de Proteção dos Mananciais nº 9860 de 12/08/86 (ANDRADE; CABRAL, 2016) possuindo diversas restrições relacionado à exploração dos bens naturais e às construções comerciais e residenciais. Aldeia está inserida em uma Área de Proteção Ambiental, APA Aldeia Beberibe criada em 2010 na região metropolitana de Recife com fins de proteção dos manaciais hídricos e florestas (ver ANEXOS I, II, III).

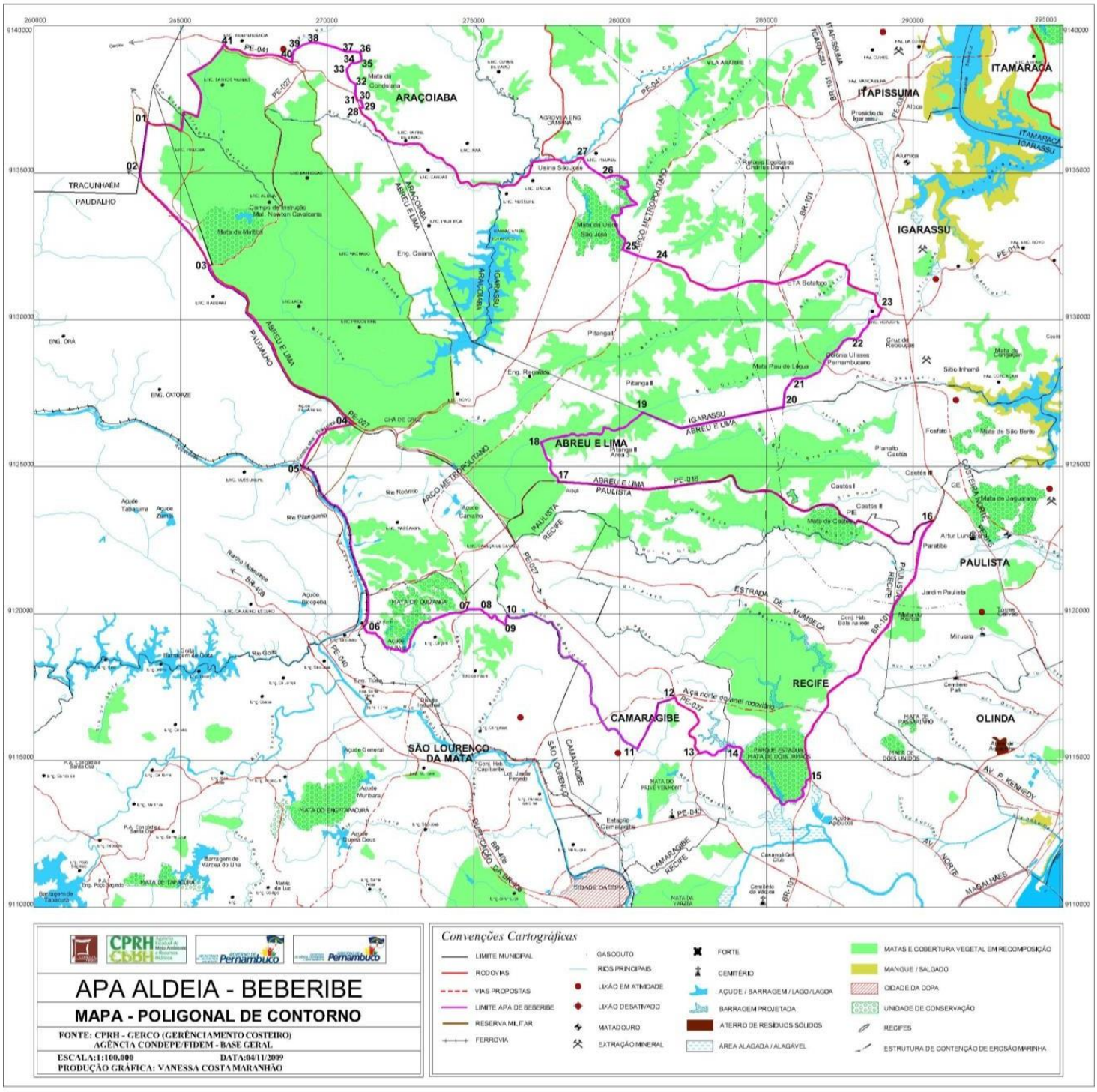
Figura 2 - APA Aldeia-Beberibe



Fonte: Joaquim José de Freitas Neto. Agência Estadual de Meio Ambiente, 2015.

A APA está inserida no Bioma Mata Atlântica e possui em seu território cinco Unidades de Conservação de Proteção Integral: a Estação Ecológica de Caetés (Paulista), o Parque Estadual de Dois Irmãos (Recife), Refúgio da Vida Silvestre Mata de Miritiba, inserida na área do CIMNC – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcante (Abreu e Lima), Refúgio da Vida Silvestre Mata da Usina São José (Igarassu) e o Refúgio da Vida Silvestre Mata do Quizanga (São Lourenço da Mata). A criação da APA teve como objetivo proteger os recursos hídricos, as espécies da fauna e da flora da Mata Atlântica raras e ameaçadas de extinção, como também promover a melhoria da qualidade de vida da população que habita a UC e seu entorno, visando o convívio respeitoso e sustentável com a natureza (ver ANEXO IV). A delimitação da APA Aldeia Beberibe pode ser visualizada na figura 3 a seguir.

Figura 3 – Delimitação da APA Aldeia-Beberibe



Diegues (1996) denomina o processo de exclusão das relações entre ser humano e natureza dentro de áreas protegidas como o mito moderno da natureza como intocada, onde a conservação de uma determinada área só poderá acontecer por meio da retirada da população daquela localidade, além denunciar a invisibilidade da presença ancestral e histórica de pessoas nos territórios. O autor defende que as culturas tradicionais caracterizam-se por uma interação

com os ciclos e recursos naturais, com um conhecimento aprofundado da natureza, com formação de um identidade associada ao território, o uso de tecnologias simples que não tem impacto negativo sobre o meio ambiente. (DIEGUES, 1996). Dessa forma, é possível compreender que as comunidades tradicionais conseguiam conviver com a natureza sem destruí-la. A lógica capitalista dentro do sistema de produção de alimentos é a grande causadora desse efeito, destruindo todas as formas de convivência e interação com o meio ambiente sem degradá-lo. Segundo o autor, esse mito vindo de países ditos "industrializados", refere-se a áreas naturais protegidas, desabitadas, isoladas. Essa ideia de manter, a natureza isolada vai além da conservação natural, pois esse processo vai contra costumes e simbologias existentes nas populações locais (por exemplo, indígenas, pescadores, agricultores), desconsiderando a história de vida dentro desses territórios. Os indígenas do período pré-colonização, os agricultores e moradores locais conseguiam conviver com os bens da natureza sem esgotá-los, como acontece atualmente com o avanço da lógica moderna na região. Mello & Pereira (2011) realizaram estudo na APA de Maricá (RJ) e sublinham que:

> É importante destacar que essas populações estão "na e com a natureza", elas se mantêm em uma relação orgânica, diferente daquela proposta como natureza selvagem, intocada, sinônimo de natureza preservada, como é o caso dos parques e mesmo de unidades de conservação de uso sustentável (MELLO & PEREIRA, 2011, p. 142).

O município de Camaragibe/PE, juntamente com boa parte do Nordeste tem raízes fortes dentro do processo de colonização. Durante o período pré-colonial, o território do município era habitado pelos Índios Camarás que vinham de uma linhagem Tupi. Em 1530 Duarte Coelho de Albuquerque tornou-se responsável pela capitania de Pernambuco repassando as terras em 1542 para a Família Fernandes e Madeira, a partir daí iniciou-se a instalação do engenho Camaragibe e a expansão da produção canavieira na região. Atualmente do antigo engenho resta a casa grande de Maria Amazonas (Figura 3) localizada na entrada da cidade, porém a casa original (fig. 4) sofreu sucessivas alterações, mudando a fachada frontal, adaptando-se ao estilo eclético do final do século XIX, sendo tombada a nível estadual pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.

Figura 3 – Casa de Maria Amazonas do antigo Engenho, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

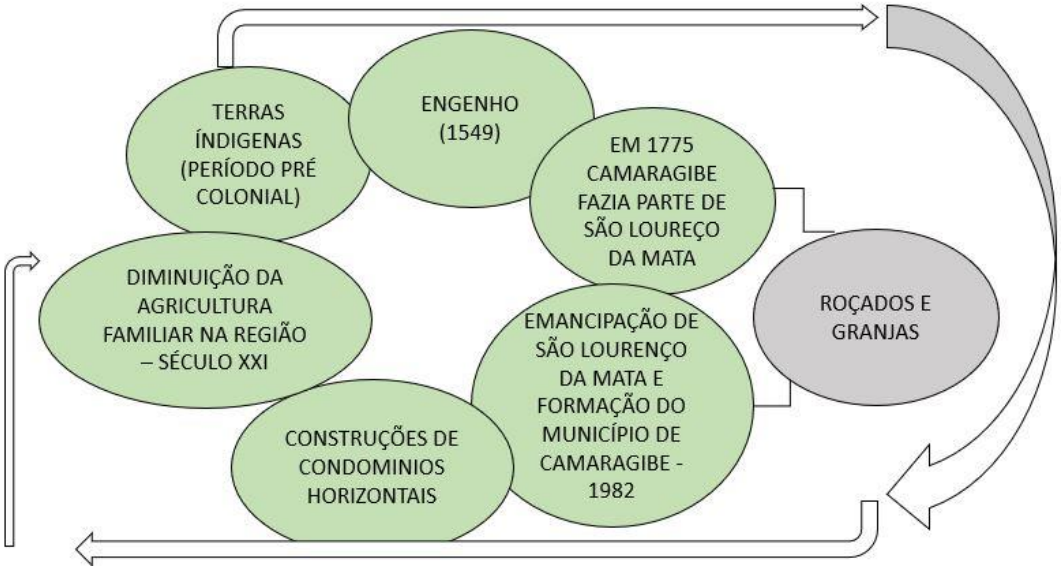
Figura 4 – Casa grande do engenho Camaragibe, 1540

Fonte: Blog Engenhos de Pernambuco. Disponível em: http://engenhosdepernambuco.blogspot.com.br/ Data de acesso: 01/09/2021.

De acordo com as fontes acima citadas, durante o período colonial, havia resistência indígena muito significativa nesse território. Os índios Camarás reivindicavam o território da área que havia sido invadido pelos europeus através da queima de boa parte do engenho dos canaviais causando um grande prejuízo para esse donatários de terras (RODRIGUES, 2014). Assim como o Monte Guararapes, Camaragibe foi reduto holandês durante o período Holandês no Recife (RODRIGUES, 2014). No século XVII as terras de Camaragibe foram integradas à expansão da Região Metropolitana do Recife. Inicialmente Camaragibe fazia parte do

município de São Lourenço da Mata até a década de 80. Em 1982 a área ganhou autonomia e tornou-se independente, tornando-se um novo município, o município de Camaragibe. Abaixo (fig. 5) podemos visualizar a ordem de ocupação de Camaragibe a partir do período pré-colonial até hoje. A palavra Camaragibe vem do vocábulo indígena Camará-Gype (Rio Camará), fazendo referência a lantana-camará, planta abundante na região, mais conhecida como Chumbinho.

Figura 5 - Processo de ocupação e formação do município de Camaragibe



Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Entre 1891e 1895 foi implantada a Fábrica de Tecidos, CIPE, pelos engenheiros Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, este último teve seu nome dado a uma das principais ruas da cidade. A fábrica de tecidos foi primordial para o crescimento do município. Hoje, o local onde se encontrava a fábrica foi denominado Vila da Fábrica, pois, segundo pesquisadores e historiadores, foi onde os operários residiam. Esta foi a primeira vila operária da América Latina.

Não diferente do resto do Brasil, as terras griladas do Engenho Camaragibe foram sendo repassadas para familias de alto poder aquisitivo, onde deu inicio as formações das grandes granjas na localidades. As familias que trabalhavam nessas granjas tinham uma casa para morar e um pedaço de terra para plantar. Dessa forma, houve a formação de vários roçados. A constituição desses roçados, na maioria das vezes, tinham uma intensa associação com mata ali presente, um intenso policultivo onde não se utilizavam produtos químicos nas plantações. As

granjas de Aldeia tinham uma grande diversidade de frutas que, muitas vezes, podiam ser vendidas pelos trabalhadores para somar no sustento da casa. Com a diminiução do fenômeno de granjeiro em Aldeia, o cultivo dessas frutas e dos roçados foram sendo extintos ao longo do tempo, pois, muitas granjas foram sendo vendidas para dar espaço para os novos condominios e emprendimentos na região e, consequentemente, os trabalhadores que foram sendo demitidos ficaram também sem terra para o cultivo. Os poucos agricultores que resistiram foram introduzindo diversos produtos químicos nas plantações, devido a falta de interação com a mata que antes era tão presente.

1.2 Revolução Verde e Transformações do Vínculo Sociedade-Natureza

De acordo com Pereira (2005, pg.01) o desenvolvimento moderno hegemônico vem sendo considerado como algo indispensável do ponto de vista econômico, que almeja o progresso acima de qualquer coisa, assim, ressalta que ‘essa modernização ocidental com viés evolucionista rompe com o antigo, o tradicional”. Pereira (2005, p. 266) explica que “o projeto dominante de desenvolvimento constrói uma sociedade com base na exploração da natureza, ou seja, esta é contabilizada como recurso financeiro, recursos da natureza ou recursos naturais”. Desde 1960, este modelo de civilização vem sofrendo com críticas dos países emergentes industrializados, devido a não realização dos direitos que eram prometidos, como por exemplo, a escassez de emprego, o elevado índice de poluição, degradação e doenças (PEREIRA, 2005). Lisboa; Conceição (2007, p. 126) debatem o desenvolvimento e nos eslarece que “o desenvolvimento local se coloca como uma resposta endógena às conseqüências da crise econômica e, ao mesmo tempo, como reflexo da descentralização econômica, política e social.”

A partir de diversas estratégias que exploram cada vez mais o meio ambiente, esse modelo é aplicado em diferentes partes do planeta, desprezando as diferentes realidades presentes nos territórios. Injustiças sociais, impactos negativos nas culturas tradicionais, a degradação ecológica são consequências desse modelo excludente e dominante.”A questão ecológica é uma questão social: e hoje a questão social pode ser elaborada adequadamente apenas como questão ecológica” (Altvater, 1995, apud Pereira, 2005*).* O autor também nos ajuda a compreender que embora o moderno industrial dependa de recursos naturais, ele age eliminando comunidades tradicionais na medida que vai destruindo suas bases vitais de sobrevivência, como por exemplo, a contaminação da água e do solo, a expulsão de povos tradicionais de suas terras, gerando um processo que vai contra a reprodução da vida.

O meio ambiente vem sendo submisso à base de exploração desse projeto dominante que destrói o mesmo, cada vez mais. " Um dos traços desse modelo é a dicotomia, a separação em partes, o distanciamento das inter-relação destas partes em um conjunto" (PEREIRA, 2005, p. 266). Há uma preocupação com o limite da natureza até onde eles irão aguentar, devido a insustentabilidade desse modelo. Pereira (2005) salienta que os sujeitos sociais (caiçaras, ribeirinhos, vazantes, pequizeiros, indígenas, camponeses, pequenos produtores tradicionais) vem exercendo uma relação recíproca com a natureza, promovendo uma dinâmica ecológica dentro de suas organizações econômicas e sociais. Os territórios acima mencionados vem sendo devastados pelas monoculturas e variedades transgênicas, componentes chaves dentro do modelo desenvolvimentista dominante.

> A concepção dominante de desenvolvimento econômico em sua essência, sufoca e homogeneiza essa riqueza de conhecimentos, de práticas, de tecnologias, de representações, de possibilidades de construção e de existência de uma sociedade vinculada e inter-relacionada ao meio ambiente. Esta se organiza num processo de sinergia, com alimentação mútua, respeita e se constrói num processo interativo, dialético, numa unidade em constantes transformações, mas cuja possibilidade de permanência se encontra nos manejos de convivência com o meio ambiente, em que as dimensões social, política, ecológica, cultural, religiosa, econômica estão imbricadas (PEREIRA, 2005, p. 269)

Vandana Shiva (2003) em seus estudos defende a tese de que o real desenvolvimento só poderá acontecer por meio do desenvolvimento ecológico e social sustentável. As comunidades tradicionais de ribeirinhos, indigenas, camponeses, caiçaras tem em sua base uma interação entre vários elementos como o solo, a água, o simbolismos presente em suas culturas, atividades baseadas na rotação de culturas que respeita o tempo do solo de se recompor. Os povos tradicionais tem uma relação de reciprocidade com a natureza, retirando e devolvendo o que ela precisa para se manter viva e própera. "A extinção dos meios de subsistência das pessoas está intimamente ligada à erosão da biodiversidade" (SHIVA, 2003, p.134).

Um dos objetivos da lógica capitalista é fornecer mão-de-obra para a indústria, sendo assim, ela sucateia as relações presentes no campo através do avanço da tecnologia para estimular cada vez mais o êxodo rural, fazendo com que as famílias camponesas vão em direção aos grandes centros urbanos em busca de empregos e oportunidades. Os camponeses tem racionalidade diferente da população urbana, sendo assim, quando elas chegam nas cidades não tem especializações e experiências que os empregos nas cidades exigem. Dessa forma, os

agricultores e suas familias se reproduzem em trabalhos precários. O campo, em contrapartida, representado por vários movimentos sociais visibilizam os conflitos, a demanda por terra, gestão de territórios, identidade cultural e política, e os direitos ao uso da natureza.

Uma radical transformação do campo foi se dando com o processo de modernização do campo. A produção de variedades modernas em larga escala, a denominada "Revolução Verde" dominou não só o Brasil mas o mundo todo, a partir da década 50. O objetivo desse modo de produção capitalista, em tese, era intensificar a oferta de alimentos e, a partir disso, acabar com a fome no mundo. A inserção da mecanização no campo teve como base os avanços tecnológicos do pós-guerra, onde havia uma valorização da produtividade agrícola em larga escala tendo como eixo o uso de tecnologias de controle da natureza.

Acreditava-se, na época, que a pobreza e a fome era consequência do atual modo de produção, porém, hoje, sabemos que o principal intuito dessa produção com base científica e industrial não era solucionar a fome no mundo, mas sim, lucrar cada vez mais, visto que, o problema da fome intensificou-se após a adoção dessa ciclos de "inovações". Sendo assim, é importante discutir o porquê de continuarmos insistindo em um modelo que produz fome e desigualdades no mundo, que favorece apenas o governo e os grandes empresários por meio da produção em larga escala de mercadorias. É de suma importância também entender a gravidade e as consequências do ato de substituir o cultivo da terra, realizado a milênios pelos camponeses, por substâncias químicas, variedades vegetais modificadas em laboratório que causam uma ruptura com a história da agricultura.

A lógica da Revolução Verde conforme retrata Pereira (2012) se materializou como um pacote tecnológico contendo insumos químicos, irrigação, mecanização, sementes de laboratório, grande extensão de terras. Esse recente modo de produção vem causando uma ruptura histórica e milenar da agricultura, a perda de variedades antigas, o adoecimento da população, além de inúmeros problemas ambientais e sociais pelo mundo. Todo esse processo gera também um dependência dos camponeses em relação às grandes empresas mundiais e uma quebra com a Primeira Revolução Agrícola que ocorreu no século XVIII, onde havia uma maior interação entre atividades agrícolas e pecuárias através do sistemas de rotação e interação dos ciclos ecológicos gerando uma melhora na fertilização do solo além de intensificar a valorização das variedades locais e estimular a autonomia do agricultor.

O conhecimento milenar prático do agricultor, os ciclos ecológicos locais com base em recursos endógenos, os sistemas diversificados rotacionais, foram substituídos por insumos exógenos e industriais, pelo conhecimento científico, onde a pecuária, natureza, sociedade, passaram a ser considerada esferas dicotomizadas, conforme sublinha Pereira (2012). Os

sistemas de monoculturas com base no pacote tecnológico da RV, utilizavam adubos químicos, agrotóxicos, motores, variedades de plantas e animais manipulados em laboratório e que tinham um alto potencial produtivo. Essas transformações geraram diversas modificações na sociedade, como, por exemplo, o aumento significativo do êxodo rural através da desterritorialização dos camponeses, a dependência do agricultor(a) da indústria, a padronização das variedades que são consumidas pelas maioria da população mundial, a contaminação das pessoas e do ambiente. Com o avanço da indústria no campo houve uma expulsão da população rural para as grandes cidades do país, onde se fixaram e se reproduziram ao longo do tempo. A marginalização dessa parcela da população também foi uma das cruéis consequências da RV.

A categoria principal do Paradigma da Revolução Verde é a - Variedade de Alto Rendimento (VAR), sendo esta considerada uma marca importante na agricultura moderna de monoculturas. Vandana Shiva (2003) explica detalhadamente, que as chamadas sementes "milagrosas" que teriam supostamente um rendimento maior que os cultivos tradicionais são um grande equívoco, pois, a VAR é uma categoria totalmente reducionista e limitada, ao nível dos sistemas.

Na Revolução Verde não há uma interação simbiótica entre solo, água, plantas e animais da agricultura camponesa, o que há na verdade é uma integração de insumos, sementes e produtos químicos. O grande intuito desse modo de produção sempre foi o avanço da expansão do capital no campo, de forma a trazer a industrialização da agricultura, trazendo novos sujeitos que vão impondo a lógica do progresso e a geração do lucro, substituindo ciclos ecológicos por fluxos lineares de insumos químicos. Pereira (2012) esclarece que o material genético nunca pode ser criado 100% artificialmente, apenas pode ser recombinado, ou seja, todas essas variedades laboratoriais só podem ser criadas a partir de uma matéria-prima de plantas e de animais que foram selecionados por milênios pelos camponeses. O estreitamento das bases genéticas da agricultura aumentou a fragilidade, e vulnerabilidade e ou desequilíbrios nas plantações.

Pereira (2012, p. 687) salienta também que "a destruição da diversidade e a criação da uniformidade envolvem simultaneamente a destruição da estabilidade e a criação da vulnerabilidade. Há uma grande diferença entre a agricultura tradicional camponesa e a agricultura industrial. Dessa forma, "o conhecimento da natureza e a reprodução da vida estão ameaçados pelo processo de dominação e difusão do pacote da chamada agricultura moderna da "Revolução Verde" (PEREIRA, 2012).

Baseado nos dados da PELAEZ, a professora Larissa Bombardi (2011) nos esclarece que o Brasil consome cerca de 84% dos agrotóxicos vendidos à América Latina, defendendo

em seus estudos que as contaminações e intoxicação por agrotóxicos é uma forma silenciosa de violência. Entre 1999 e 2009, o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – Ministério da Saúde/FIOCRUZ revelou cerca de 62 mil intoxicações causadas por agrotóxicos de uso agrícola no país (BOMBARDI, 2011). Todos esses dados nos mostram que essa modernização baseada no pacote da "Revolução Verde" é capaz de passar por cima de tudo para conseguir cada vez mais e, consequentemente, promover a produção do capital. Diferentemente da modernização conservadora, historicamente, o campesinato sempre produziu grande parte dos alimentos que a população consome diariamente, através da relação de reciprocidade com a natureza por meio de recursos endógenos presentes nos espaços. A relação do campesinato com a terra e com tudo que permeia sua produção vai além do fator econômico pois o objetivo principal é viver e não obter lucro.

1.3 Contraposição ao modelo de desenvolvimento atual

Castro-Gómez; Santiago (2007, p. 173) garantem que "o norte é representado, então, como o lugar da razão, estabilidade, limpeza, opulência e excelência, em contraste com um sul triste, um lugar de atraso, doentio, violência, tecnologias obsoletas e capital insuficiente". Teorias descoloniais e pós-coloniais vem, nas últimas décadas, se contrapondo e questionando a lógica colonial-moderno-capitalista, bem como o modelo de desenvolvimento atual. "A ciência pós-ocidental transmoderna está em construção e continua a "tecer" definições não eurocêntricas de conhecimento, dando continuidade ao projeto de descolonização (CASTRO-GOMES & SANTIAGO, 207, p. 190).

Esses estudos contribuem com o processo de descolonizar o pensamento e dão, de certa forma, uma esperança de alternativas para sair das crises em que o mundo está imerso.

Silva & Pereira (2020) nos esclarece que a elaboração intelectual do processo de modernização gerou conhecimento com base no padrão mundial de poder, ou seja, com base na lógica colonial-moderno-capitalista e eurocentrada. Essa modernização promoveu a imposição de certos grupos e saberes sobre os demais (González-Casanova, 2007 apud Silva e Pereira, 2020). Embora, historicamente, marginalizados e invisibilizados, os camponeses continuam resistindo ao se manter no campo com seu modo de vida. A criação dos grandes latifúndios tornou mais difícil o camponês ter acesso à terra, gerando uma degradação ambiental e nutricional da população.

Ao invés de utilizar a noção de colonialismo interno que o autor Gonzales-Casanova utiliza, Quijano (2007) chama esse fenômeno de "colonialidade" que considera a forma mais geral de

dominação (QUIJANO apud SILVA e PEREIRA, 2020, p. 362). O autor diz que:

> A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, áreas e dimensões, materiais e subjetivos, da existência cotidiana e em escala social (Quijano, 2007, p. 93).

Silva & Pereira (2020) realçam que no campesinato do semiárido brasileiro é possível observar-se a colonialidade dentro do campo discursivo, na modernização agrícola, nas relações de gênero, nos processos educativos, na manutenção da indústria da seca entre outros. Silva e Pereira (2020) dizem que para entender e superar o discurso dominante e os estereótipos em relação ao nordeste brasileiro é importante compreender as relações de poder e de saber, as quais produziram as imagens a respeito dessa região. Quijano (1992) entende que a colonialidade do poder refere-se ao processo de dominação e exploração sobre as crenças e imagens do colonizado.

Boaventura de Sousa Santos (2018) reflete a dimensão desse processo em curso como "epistemicídio", ou seja está relacionado ao processo que faz os agricultores(as) e seus filhos(as) sentirem vergonha de suas origens e modo de viver e passem a almejar a saída daqueles espaços, produzindo, assim, formas de vidas sociais não existentes e inferiores.

Em relação as formas cotidianas da resistência camponesa, Scott (2002) contribui falando que a primeira forma de resistência é a a cotidiana, presente no dia-a-dia, a segunda pode ser entendida como "a confrontação direta, que tem dominado o estudo da resistência camponesa" (SCOTT, 2002, p. 13).

Embora o avanço imobiliário em Aldeia-Camaragibe esteja contribuindo para o desparecimentos da agricultura familiar, ainda é possível identificar resistências camponesas na região. Os roçados e as plantações nos arredores das residências de agricultores que perderam suas terras são formas de resistir a esse modelo de desenvolvimento moderno. Por fim, a ocupação feita pelos agricultores para formação de seus roçados em terras griladas que estão sem uso pelo proprietário, é um afronte as relações de propriedade privada, ajudando a manter as relações com modo de vida camponês. A terra é um espaço de trabalho e patrimônio familiar cheia de simbolismos sendo a base para a constituição dos grupos de camponeses. A elaboração conceitual do que seria campesinidade contribui na caracterização interna deste grupo social como sujeitos que constitui sua própria existência (CHAYANOV, [I9251 1974 apud FERREIRA, 2006).

No Brasil, embora hajam leis que proíbem a grilagem de terras como, por exemplo, a Lei de Terras de 1850 (lei n. 601.18/09/1850), há diversas manobras articuladas entre as elites na qual há um descomprometimento das normas legais através da elaboração de novas normas por meio de decretos que regularizam os atos ilegais. Essas regulamentações inconstitucionais são procedimentos históricos das elites brasileiras desde o fim do período imperial e início da república, onde foram criadas várias novas normas para grilar as terras devolutas no império. Segundo Umbelino (2015), a estrutura fundiária do Brasil tem duas características marcantes, a grilagem de terra públicas e a concentração de terras. O autor salienta também que o Brasil tem em seu território um dos maiores latifúndios que a história já registrou. Com isso, é de suma importante compreender-se o porquê da facilidade de se grilar terra no país, como esse processo de regulamentação ilegal acontece, quais tipos de políticos estamos elegendo e dando passe livre para a promoção desse processo. O autor chama atenção para a corrupção dentro de órgãos públicos como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), por exemplo, favorecem a grilagem de terra, ou seja, a criação de normas ou a falsificação de documentos para , ilegalmente, tomarem posse de terras devolutas ou de terceiros. Dessa forma, órgãos que deveriam proteger contra esse processo, acabam contribuindo para sua intensificação.

1.4 Aumento da Insegurança Alimentar intensificado pela Pandemia da Covid-19

A Organização Mundial da Saúde declarou a disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) como uma pandemia, também conhecida como pandemia da Covid-19 em março de 2020. A disseminação do vírus se expandiu rapidamente por todos os continentes. A não adoção de medidas preventivas, como o isolamento social, uso de máscaras e higiene das mãos, as condições precárias de vida e trabalho tem contribuído para a intensificação da pandemia a Covid-19.

Em 2014, o Brasil celebrou a saída do Mapa da Fome elaborado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, devido à combinação entre políticas públicas, conselhos de segurança alimentar ativos e participativos. Os dados do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, revela que o país retrocedeu 15 anos dentro de cinco, ou seja, voltou a ter a ter a fome como problema estrutural.

A fome é uma das diversas representações das injustiças sociais que atinge de forma mais intensa os setores historicamente marginalizados na sociedade. Acontecimentos a partir de 2016 e a pandemia, que teve início em março de 2020, contribuíram para intensificar mais

as desigualdades econômicas e sociais no Brasil, conforme retrata o Atlas das Situações Alimentares no Brasil (2021). A pesquisa “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, mostra a realidade da atual situação de insegurança alimentar e fome no Brasil (PENSSAN, 2021).

Essa pesquisa nos revela que do total de 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões vivem com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham comida em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros enfrentavam a fome no país (PENSSAN, 2021). Esses dados, a partir do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, indicam que as políticas dos últimos anos e a superposição da emergência da pandemia da Covid-19 com as crises econômicas, contribuiu de forma negativa para o acesso das pessoas a uma alimentação adequada e saudável.

O desmonte das políticas e dos conselhos, que se tornaram referência internacional que apresentavam resultados de sucesso, ajudou na formação dessa triste e atual conjuntura social-económica do país. Diante da tragédia que está ocorrendo com a Covid-19, pesquisas, medidas emergenciais e políticas públicas de médio e longo prazos precisam ser realizadas pelo Estado brasileiro e centros de pesquisas, no sentido de reverter esse retrocesso que a população brasileira está passando, conforme entendimento da Rede Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nuticional (PENSSAN) que ressalta os desafios da fome: “O combate à fome não se fará dissociado de transformações dos sistemas alimentares no sentido da redução de impactos sobre as mudanças climáticas, do cuidado com a saúde das pessoas e da construção de relações sociais justas e equitativas” (REDE PENSSAN, 2021, p. 6). A disseminação do novo coronavírus evidencia ainda mais as desigualdades entre diferentes realidades sociais no Brasil, amplificando ainda mais o debate sobre a situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população conforme sublinha Maluf (2020):

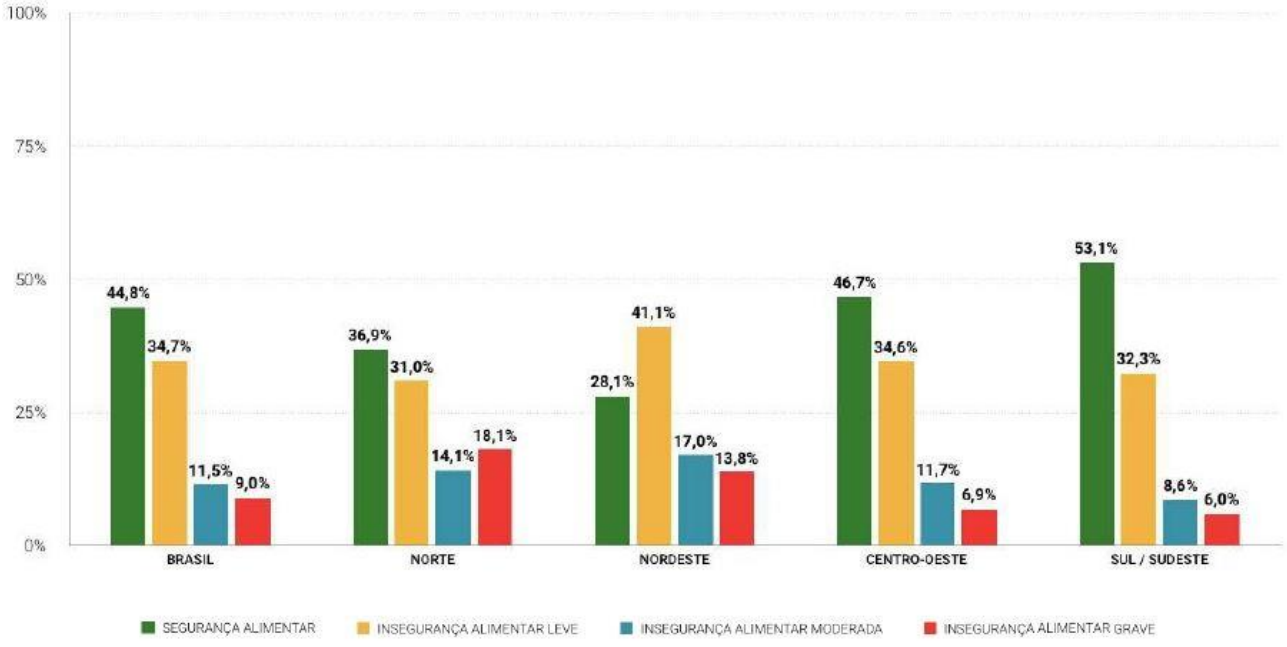
> Era previsível que a comida, tanto sua disponibilidade como o acesso a ela, viesse a ocupar o centro das preocupações e urgências no contexto de pandemia pela qual estamos passando, ao lado, e como complemento indispensável, dos cuidados com a saúde das pessoas infectadas, ou não, pelo vírus mais recente. (MALUF, R. 2020, p. 1).

Embora haja uma interferência considerável da pandemia da Covid-19 no aumento do índice de fome no país, o aumento da Insegurança Alimentar no Brasil é parte de um processo que já estava ocorrendo em função da deterioração das condições de vida e do aumento das desigualdades sociais. As políticas de austeridade disseminadas pelo Brasil desde 2014,

causando a redução de investimentos relacionados às políticas sociais contribuíram para o total descontrole da pandemia no país. A falta de renda associada à precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego, a degradação das condições de moradia e de infraestrutura sanitária, intensificaram a disseminação da pandemia nos grupos populacionais mais precarizados pelas sociedades e desencadeou o aumento da pobreza em paralelo à maior concentração de renda e riqueza entre os segmentos sociais mais ricos (REDE PENSSAN, 2021).

A pandemia da Covid-19 afetou de forma negativa as condições de renda e trabalho da população de todas as regiões do Brasil, porém, as regiões Norte e Nordeste são detentoras dos maiores percentuais de perda de emprego, redução dos rendimentos familiares, endividamento e corte nas despesas, em relação ao período da pandemia (VigiSAN Inqérito SA/IA - Covidid-19, 2021). As desigualdades regionais no acesso a alimentos (fig. 6) reafirmam as várias manifestações de desigualdades já existentes no país.

Figura 6 - Distribuição proporcional dos domicílios por nível de Segurança/Insegurança Alimentar no Brasil e macroregiões. VigiSAN Inqérito SA/IA - Covidid-19, Brasil, 2020.



Fonte: Rede PENSSAN (2021).

As desigualdades regionais explicitadas acima (Fig.6) revelam o agravamento das condições de acesso a alimentos entre as regiões brasileiras. Questões como os rendimentos familiares, raça, gênero, idade e acesso às políticas públicas são indicadores que refletem ou

agravam as desigualdades presentes. Segundo o VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19 (2021), a principal medida compensatória deferida pelo Governo Federal, o auxílio emergencial, que tinha como objetivo reduzir os efeitos da crise sanitária, tem sido insuficiente para superar a condição de Insegurança Alimentar entre as famílias brasileiras.

Não diferente do restante do país inteiro, a população Aldeense (Camaragibe/PE) tem sofrido com os efeitos da Pandemia da Covid-19 sobre o território. As famílias que agora não podem mais contar com seus roçados para se alimentar devido a desestruturação da agricultura familiar camponesa na área através do avanço da lógica do atual modelo de desenvolvimento que consome o país, são as que estão sofrendo para conseguir comprar alimentos e, consequentemente, conseguir alimentar suas famílias.

2. AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA EM ALDEIA

2.1 Arranjos e manobras dos grandes dententores de terras em Aldeia

O passado e a formação de Aldeia estão diretamente relacionados a exploração de terras indígenas através da instalação de engenhos. Com o fim das atividades dos engenhos em Aldeia houve a formação das primeiras granjas, chácaras e clubes de lazer para as pessoas que queriam fugir do caos da cidade do Recife. As granjas representavam um elemento dinamizador da economia devido o processo de produção de distribuição de alimentos. O fenômeno granjeiro diminuiu na região a partir do momento que o avanço das construções de condomínios horizontais foram se intensificando e levando com eles os roçados dos agricultores que durante muito tempo se sentiam donos e pertencentes daquelas terras, conforme relata agricultora ao se referir à fartura de terras para quem nelas queria plantar:

> Aqui tinha pouca casa, pouco condomínio, tinha mais roçado por essas bandas. Aqui era bom porque tinha terra para todo mundo trabalhar, mas depois tudo foi sendo vendido pelos donos dos terrenos, Maria Amazonas, Torquato de Castro e tudo foi se acabando o povo do roçado" (Terezinha M. L. O, 78 anos, agricultora de Aldeia).

Neste sentido, quando falamos de fenômeno granjeiro é para nos referir a um processo de formação e funcionamento das granjas produtivas na localidade. Segundo Miranda (2008), o termo granja está ligado à ideia de pequenas unidades rurais produtivas agrícola e/ou hortifruticultora com dimensões que podem variar de 1,0 a 20,0 ha, produto do loteamento rural. As granjas estão associadas também ao uso de lazer e de segunda residência, e essas chamando de granjas o que seriam chácaras: "Muitas vezes localizadas dentro do perímetro urbano, as granjas deixam de ser um lote rural, porém conservam a toponímia. Denominam-se como granja o que comumente se designaria como chácaras, por seu uso e proximidade do centro urbano" (MIRANDA, 2008, p.267).

Os grandes detentores de terras em Aldeia, ou seja, os granjeiros, cediam parte de suas terras que estavam desabitadas para seus trabalhadores ou agricultores próximos plantarem e cuidarem da terra. Mesmo parecendo um gesto de generosidade, esses arranjos eram e continuam sendo um dos principais motivos para a diminuição da agricultura familiar na região. É um aspecto da colonialidade presente no campo, os agricultores funcionam como ferramenta de manutenção da terra, limpando o mato que cresce, impedindo/vigiando pessoas que não tenham onde construir suas casas para não adentrarem nesses espaços.

A renda da terra é uma importante categoria dentro da Economia Política, devido a

geração de lucros de forma permanente tanto no meio rural quanto no urbano. Segundo Marx (1986), esse lucro é o resultado do trabalho excedente da sociedade. Esse trabalho excedente que o autor salienta é uma parte do processo de trabalho que os trabalhadores "dão" aos capitalistas além do trabalho que seria necessário para sobrevivência. Dessa forma, compreende-se que renda da terra é a sobra acima da fração do valor das mercadorias, sendo assim, é sobra acima do lucro médio que os capitalistas retiram de suas atividades econômicas. Essa compreensão nos ajuda a entender a realidade urbana e rural no Brasil. Marx (1986) divide a renda da terra em Renda da Terra Diferencial I e II, Renda da Terra Absoluta. A Renda da Terra Absoluta resulta da posse privada do solo além da oposição que há entre o interesse da coletividade e dos proprietários fundiários. Essa categoria resulta porque a propriedade da terra é monopólio de uma classe que é detentora do grande capital que cobra atributos da sociedade/do trabalhador para ter o poder de coloca-la para produzir. Por outro lado, a Renda da Terra Diferencial, diferente da Renda da Terra Absoluta, está ligada ao caráter capitalista de produção, não estando ligada a propriedade privada do solo, ou seja, ela existiria mesmo se o solo fosse nacionalizado. O caso de Aldeia – Camaragibe encaixa-se nessas duas categorias (Renda da Terra Absoluta e Diferencial), haja vista, muitos camponeses trabalham em terras privadas de famílias que detém grandes lotes de terras na região. Há também agricultores que estão situados em terras da prefeitura do município de Camaragibe. Outro ponto importante a salientar é que com o avanço do mercado imobiliário, diversas atividades econômicas que não estavam presentes nessas áreas estão surgindo nessas áreas, contribuindo para a grande diminuição de atividades camponesas na região.

Marx (1986) discorre também sobre o que seria a Renda da Terra Pré – Capitalista ou Não Capitalista. O autor explica que essa categoria surge da produção, se materializando de três formas possíveis: a renda da terra do trabalho, da renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro. Aldeia, por exemplo, enquadra-se na categoria de produção da renda da terra através do trabalho. Os proprietários de terra que possivelmente foram adquirindo aquelas terras através da grilagem, deixando aqueles espaço abandonados e sem uso durante muito tempo. A vinda dos camponeses para essas terras funciona como uma forma de proteção e manutenção daquela propriedade contra a apropriação por parte de outros. Dessa forma, muitos trabalhadores cuidavam dessas terras, tornando-a produtiva e fértil. Essas terras são diariamente limpas, além de se tornar uma área que possivelmente não seriam ocupadas ou invadidas por terceiros, assegurando ao proprietário o domínio e posse daquelas terras. Os camponeses são impedidos de construírem casas nessas propriedades para não obterem mais à frente o direito sobre ela. Através do trabalho, mesmo não pagando ou repassando parte da produção aos proprietários,

os trabalhadores estão repassando a renda da terra em forma de trabalho para os proprietários, visto que, o valor da terra aumenta e valoriza ao longo do tempo. A renda da terra em trabalho faz com que o camponeses e suas famílias sejam produtor direto em terras privadas de pessoas que não fazem parte diretamente do processo de produção. Muitas famílias tem dias de trabalhos que não são pagos.

A terra foi se transformando em mercadoria a partir do desenvolvimento do modo capitalista de produção e com a consolidação da propriedade privada da terra e da produção de mercadorias dentro da agricultura industrial. Para Marx (1986) a terra se consolida como capital pois não refere-se a algo produzido pelas sociedades ou pelo capital, dessa forma, ela não deve se submeter as leis do capital. Ao contrario do que muitos pensam, a terra não gera lucro, diferente do capital, ela gera a renda , ou seja, o preço daquela terra é a renda capitalizada da terra.

Com a especulação imobiliária em alta e, consequentemente, o aumento de empreendimentos se instalando nessas áreas, diversos conflitos são gerados a partir dessas novas relações que estão sendo criadas. As novas gerações de agricultores não se reconhecem como camponeses, buscam ou almejam sair de uma cultura tradicional para adentrar e consumir o que os grandes centros urbanos disponibilizam. Com o avanço da tecnologia dentro da produção de alimentos, tornou-se mais difícil se manter contra o sistema, produzindo alimentos limpos e de qualidade em um país no qual a população é ensinada que o agronegócio é o melhor caminho, é a única alternativa de se conceber no mundo. Sendo assim, as culturas camponesas tradicionais ligadas à produção de alimentos vão diminuindo cada vez mais pois a população passa a acreditar que ela é atrasada, improdutiva, insuficiente e, acima de tudo, incapaz de alimentar as comunidades.

É possível observar que a identidade cultural dos povos tradicionais sofrem diretamente com o avanço da cultura hegemônica, fazendo com que esses povos passem a não se enxergar como camponeses ou identificar a importância de suas práticas, conhecimentos e cultura naquele território e no mundo. Outro conflito existente é entre os novos moradores dos condomínios e os moradores mais antigos, a classe média alta e classe média dos condomínios buscam adquirir alimentos apenas nos supermercados e quitandas grandes da área, estimulando a população de certa forma a comprarem alimentos apenas nesses espaços. Antes, mesmo se você não tivesse um trabalho, tinha alguém da família ou algum agricultor que doava alimentos de suas plantações. Hoje em dia, se não há trabalho e, consequentemente, se não há dinheiro para comprar mercadoria nos supermercados, o morador passa fome, sua família passa fome. A autonomia das comunidades de plantarem o que comem está diminuindo com o avanço da

tecnologia moderna no campo e nas cidades, não há emprego para todos e com isso o nível da fome no mundo aumenta descaradamente. Chegou o momento de questionar a quem realmente o avanço tecnológico favorece, o bolso dos grandes empresários ou à população em si.

Os agricultores de Aldeia cuidam e criaram laços com a terra durante décadas, contudo são impedidos de morar com suas famílias nos roçados para que seus parentes não estabeleçam nenhuma relação com a terra e, consequentemente, não queiram em um futuro próximo reivindicar aquele espaço. Os agricultores estão sendo expulsos de suas terras para dar espaço para os novos empreendimentos que serão construídos. Conforme depoimento, a seguir, vemos o agricultor relatando o processo de perda das áreas de plantios - onde plantava alimentos como feijão, fava, batata - e a sua transformação em um agricultor sem-terra:

> Meus roçados acabou-se tudo. Eu plantava fava, feijão, batata, eu só não plantava inhame. Eu trabalhava nas terras dos outros, coloquei meu roçado mas a terra tudo tinha dono. O terreno foi loteando e vendendo, as casas foram sendo construídas e meus roçados foram se acabando. Aqui na frente eu plantava mas o homem chegou e pediu o terreno e murou tudo aí. Eu deixei de plantar. Eu gostava de plantar, se eles não tivessem vendido o terreno eu tava trabalhando ainda. Eu parei de plantar porque não tinha terra (José M. C, 83 anos, agricultor de Aldeia).

Faziam os agricultores o uso das terras com base na lógica da posse e uso comum das terras conforme retratou Almeida (1989) na organização produtiva em terras de preto e índios na Amazônia. – manter ou não essa sentença pois ainda você não leu o artigo citado aqui no comentario que está citada no artigo de Simone que te envio em anexo.

Dentro dessa perspectiva, é correto afirmar que vivemos dentro de uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004), onde os espaços são trasformados para uma forma dominante de se viver. “O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização”(HAESBAERT, 2004, p. 338). Os diversos territórios presentes em Aldeia estão passando por um processo cruel de devastação para, a partir daí, dar espaço para um território mais conectado com o modelo de desenvolvimento que afunda e destroi diversas realidades e modos de vidas presentes dentro dos territórios tradicionais.

Em relação ao avanço do capital no mundo, entende-se que:

> Atualmente com o sistema de expansão do capitalismo no mundo ocorre um favorecimento intensificado na geração de novas configurações socioespaciais com base

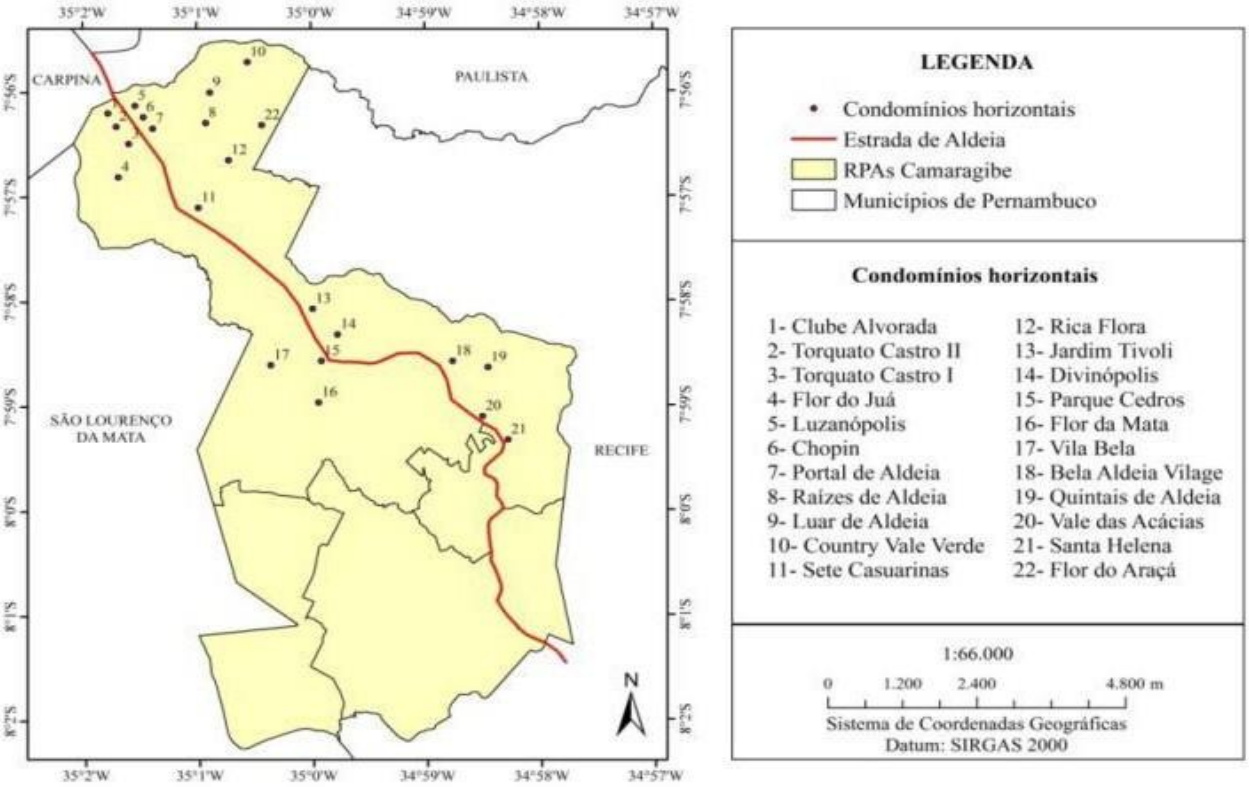
> no avanço dos processos de privatização, mercadificação e fragmentação dos espaços urbanos, com o desenvolvimento de novos setores de produção, serviços financeiros, mercados e taxas intensificadas de inovação comercial, assim como novas tecnologias e forma de organização. **(**HARVEY**,** 2007**,** citado por ANDRADE, 2014, p.11 e 12).

Em Aldeia – Camaragibe é peceptível como a reprodução do capital fragmenta os espaços de agricultura familiar camponesa, atuando na reformulação do espaço por meio do avanço do mercado imobiliário e a destruição da organização social dos agricultores presentes nesse território.

2.2 - Construção de Condomínios Horizontais em Aldeia

Nos ultimos 50 anos, em Aldeia, a ocupação do solo sofreu diversas alterações: as áreas de agricultura familiar foram sendo esmagadas pelo surgimento condomínios fechados, granjas, chácaras, dentre outras tipologias habitacionais de alto padrão econômico. A construção de condominios horizontais tem se destacado ainda mais dentro dessa região devido a localização de Aldeia estar relativamente perto do Centro de Recife e ser uma área mais tranquila com vegetação, ou seja um lugar entendido como perfeito para fugir do caos do centro urbano de Recife, conforme figura abaixo ver a localização de grande número desses condomínios (fig 7).

Figura 7: Distribuição dos condomínios horizontais no município de Camaragibe/PE



Fonte: Ailson Barbosa da Silva, 2017.

Esses condomínios, no entanto, levam com eles o padrão urbano de se viver para dentro das comunidades tradicionais que estão afastadas dos centros urbanos vivendo como agricultores na cidade. Essas novas interações interferem diretamente no modo de vida camponês, constribuindo para a pressão sobre esse modo de viver nesses espaços. Nas figuras a seguir (Figs. 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16) pode-se identificar alguns dos principais condominios presentes atualmente no bairro de Aldeia, Camaragibe/PE.

Figura 8 – Condominio Flor do Juá, Aldeia/Camargibe, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 9 – Condominio Torquato de Castro, Aldeia/Camargibe, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 10 – Privê Portal de Aldeia, Aldeia/Camargibe, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 11 – Clube de Campo Alvorada, Aldeia/Camargibe, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 12 – Condominio Horizontal Privê Luzanópolis, Aldeia/Camargibe, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 13 – Green Garden, Aldeia/Camargibe, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

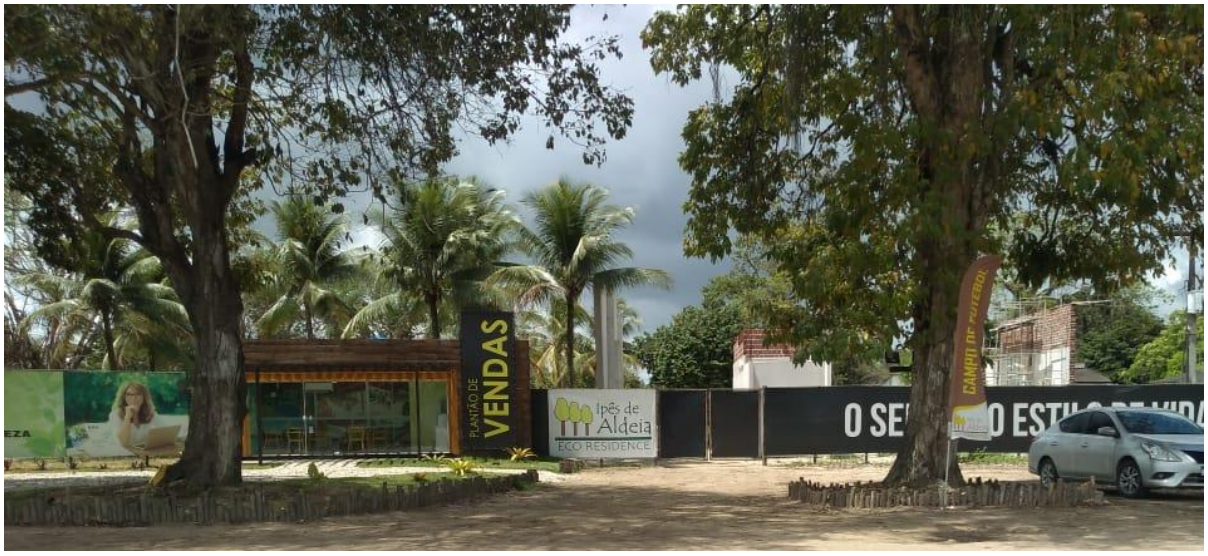
Figura 14 – Condominio Luar de Aldeia, Aldeia/Camargibe, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 15 – Condominio Sete Casuarinas, Aldeia/Camargibe, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 16 – Condominio Ipê de Aldeia em construção, Aldeia/Camargibe, 2021



Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Tal processo é identificado em Aldeia, principalmente nas últimas décadas quando se deu a diminuição e expulsão dos agricultores de suas terras, bem como a dimuição do granjismo que perdeu importância e passou a dar espaço à atividades de lazer ou mesmo negócios imobiliários, através da construção desses condomínios horizontais. Silva (2015) defende que os fatores causadores da redução do granjismo são: a concorrência com grandes empresas produtoras e a a falta de políticas públicas e de incentivo para agricultores da região. Caldeira (2000) salienta que os condomínios horizontais são uma invenção do mimetismo dos subúrbios americanos, ou seja, a construção desse empreendimentos desconsidera totalmente a realidade local e, assim, se instalam em qualquer lugar no Brasil sem envolvimento com as comunidades e invisibilizando os modos de vida aí presentes. Os condomínios no Brasil só passam ser produzidos em 1970, porem já haviam exemplares em outras regiões no mundo. O fenômeno dos condomínios em Aldeia vem do grande inchaço urbano que desencadeou um indice de violencia urbana muito grande, congestionamentos duradouros, poluição sonora, poluição ambiental, fazendo com que a população recifense, mais especificamente, as famílias com mais poder de renda, busquem outras alternativas para conseguir sair desses espaço, causando um processo de descentralização (CORREA, 1989).

Os condomínios inauguram a entrada principal de Aldeia (PE-27) buscando interligar a região com urbanização metropolitana de Recife. Antes o processo de compra e venda das propriedades em Aldeia acontecia de forma direta, ou seja, entre quem queria comprar e quem queria vender. Atualmente esse processo acontece de forma diferente, hoje a venda de propriedades ocorre por meio de agentes imobiliários (figs. 17,18) que são especializados em

vender imóveis, obedecendo a lógica imobiliária que penetra cada vez mais na localidade. Essa lógica também é reforçada pela comercialização que se contapõe às formas tradicionais de comércio e de vida da população.

Figura 17 – Propaganda Imobiliária, Aldeia/Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 18 – Propaganda Imobiliária da Reserva Particular, Aldeia/Camaragibe, 2021

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Os condomínios transformaram os espaços de Aldeia através da forma dominante, contemporânea de reterritorialização (HAESBAERT, 2004) e expulsão dos camponeses presentes ali. A lógica capitalista busca introduzir uma nova forma de se reproduzir no espaço, construindo empreendimentos para atrair pessoas de alto poder aquisitivo para reterritorializar o espaço, expulsando e excluindo a cultura camponesa. Aldeia aos poucos vai deixando de ser uma área de agricultura familiar camponesa e vai se tornando mais um lugar de reprodução do capital.

A agricultora a seguir traz seu relato referindo-se à localidade onde vive que teve as terras transformadas em lotes para venda em condomínios: "Antes tinha mais roçado por essa bandas, vê essa área ali em cima, era tudo roçado. Hoje em dia quase ninguém planta porque não tem terra para trabalhar" (Luzinete M. F, 69 anos, agricultora de Aldeia). A agricultora faz um relato sobre os arredores de sua casa, no km 10 de Aldeia, no bairro do Vera Cruz, onde havia vários roçados que eram associados a mata presente naquele espaço.

O turismo é uma atividade que tem se intensificado em Aldeia a partir da instalação dos condominios horizontais e clubes de lazer da região, além de ter vários pontos atrativos para pessoas de outras regiões devido a ampla área de vegetação, clima ameno devido a topografica do local, clubes, chácaras, hotéis, pousadas e restaurantes. Com o aumento do turismo, consequentemente, há uma avanço e interesse do mercado imbiliário, se opondo ao modo de viva local da população, quebrando com a racionalidade camponesa e modo de vida que essas familias de agricultores viviam até então.

2.3 Resistência camponesa em Aldeia/Camaragibe

Woortmann (1990) nos esclarece que podemos entender o camponês por meio da noção do modo de produção em que eles estão inseridos. É necessário também entendê-los além da economia, ou seja, através da sociedade camponesa. Polany; Taussig (1971) colocam que o camponês não vê a terra como um espaço onde será projetada sua força de trabalho, ele a observa como um patrimônio da família onde se faz o trabalho e constrói a família enquanto valor. A terra não é uma mercadoria e o camponês não é um simples pequeno agricultor, tudo isso vai mais além, dentro de um contexto de valorização étnica. O valor ético do trabalho se afasta da tendência capitalista que trata o campesinato como um modo de produção com determinações impostas pela lógica do capital.

Dentro do campesinato a família atua como protagonista de todo processo, família enquanto valor. Já o camponês proletariado se transfere dessa lógica de ordem moral para uma

lógica capitalizada (TAUSSIG, 1983). Woortmann (1990) defende que não encontramos na sociedade camponeses totalmente puros mas uma campesinidade em vários graus diferentes de articulações ambígua com a modernidade. A autora também sinaliza que a trajetória camponesa não é linear, é um movimento de resistência das tradições dentro dessa contexto da modernidade.

Segundo Woortmann (1990) as categorias centrais que atuam na reconstrução da ética dentro do universo camponês são o trabalho, a família, a liberdade e a comida. Nas culturas camponesas a terra, família e trabalho estão articulados com princípios e valores centrais como hierarquia e honra. Já na lógica capitalista, a terra não é pensada em função do trabalho e da família mas como uma mercadoria a ser explorada. O modelo se diferencia porque o primeiro trata a terra, família e trabalho articulados, já o segundo modelo dicotomiza esse processo, tratando a terra separadamente da família e do trabalho, a tratando como mercadoria. O conceito de camponês foi construído considerando muitos aspectos, porém, um ponto chave é o caráter familiar do trabalho dentro do processo. A pesquisadora Marta Marques (2012) compreende que o campesinato é uma classe social, não se restringe apenas como mais um setor da economia, sendo uma forma organizacional do modo de vida ou da produção.

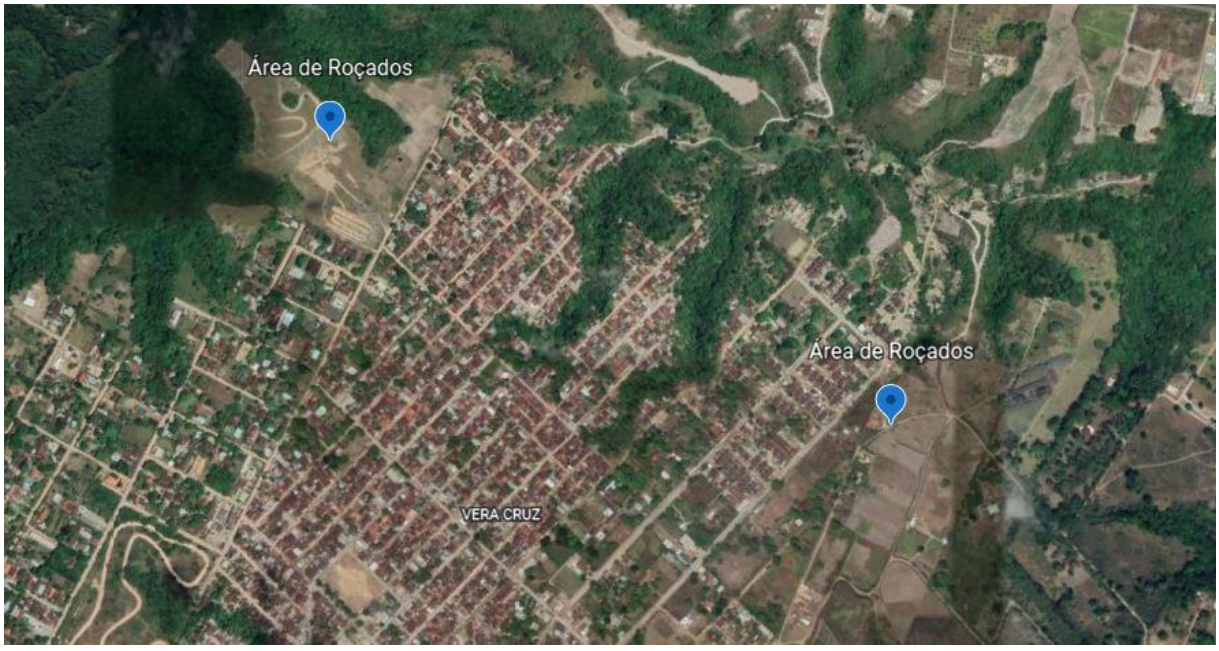
Taussig (1983) vem nos esclarecer que dentre todas as formas de trabalho, o trabalho assalariado é o mais cansativo, chegando a ser algo totalmente contra a vida. O autor fala que é importante frisar que mesmo os trabalhadores assalariados que trabalham para os camponeses, sentem a diferença entre trabalhar para um camponês e trabalhar para alguma empresa. Na produção de alimentos/mercadorias ligadas ao desenvolvimento hegemônico, há uma ruptura com a relação de valores e ética camponesas, negando a reciprocidade entre os agroecossistemas e a vida dos camponeses. Dessa forma, há um conflito entre a ordem moral camponesa com a ordem econômica moderna, já que, as diversas inovações propostas por essa ordem econômica moderna tem como base a subordinação ao capital financeiro.

A agricultura industrial moderna tem como prioridades o mercado, visando o lucro acima de tudo e de todos. Essa lógica industrial transforma os agricultores e suas famílias em assalariados, com o intuito de romper com os saberes e valores tradicionais. Um território de reciprocidade é um lugar de troca, onde tem como princípio moral a negação do espírito de lucro (POLANY, 1971), se contrapondo à ordem da modernidade.

Um processo que tem contribuido para a diminuição da agricultora familiar camponesa na região é a não continuidade desse modo de vida através das novas gerações, devido a influência e dificuldades causadas pelo processo de transformações da tecnologia (agrotóxicos, adubos químicos, fertilizantes) dentro da produção camponesa. A lógica desenvolvimentista

avança e torna os agricultores dependentes desses insumos químicos, que até então, não utlizavam em suas plantações, desapossando os agricultores e agricultoras de seus conhecimentos e práticas ancestrais. O Bairro do Vera Cruz (fig.19) localizado em área que havia uma predominância de roçados e familias camponesas, sofreu diversas alterações no seu modo de reprodução camponesa, assim, os roçados vem sendo pressionados. Ocorreu a venda de diversos terrenos e áreas de roçados e, consequentemente, a construçao de casas, mercados e vários empreendimentos que obedecem a forma de organização social do capital.

Figura 19 – Áreas de roçados no bairro Vera Cruz, Aldeia/Camaragibe, 2021



Fonte: Maria Carolina França, 2021.

O Bairro do Vera Cruz, localizado no km 10 de Aldeia/Camargibe, antigamente era um espaço onde havia grande parte dos roçados de Aldeia, porém, ao longo da pesquisa foi possível mapear essas áreas e identificar que existem de oito a dez roçados nessas áreas demarcadas no mapa acima por meio das observações de campo e das entrevistas realizadas (fig. 19). Com isso, fica evidente como a devastação desses roçados está acontecendo de forma acelerada. Um bairro onde havia uma predominancia de uma agricultura familar camponesa foi dando espaço para a tão chamada modernidade.

A resistência camponesa que permanece presente na área sofre com as contradições da lógica capitalista. Os solos que passaram a receber os chamados “defensivos agrícolas”, hoje,

pedem socorro e agonizam a todo instante. Na localidade os solos foram degradados na época dos engenhos conforme ressalta um dos entrevistados:

> Em roçado nem sempre dá safra boa, um ano dá bom, no outro não, por isso vai se acabando. Aqui se não tiver adubo não consegue plantar não, não lucra, nem raiz dá. Se não colocar um saco de adubo que custa 150 conto, nem uma xícara de café ele consegue dar para o filho. Por isso ninguém quer mais. (José M. C, 83 anos, agricultor de Aldeia).

O termo roçado é utilizado para identificar áreas de cultivo da mandioca, também denominado de roça pela população local. Nas áreas de roçado há um espaço de diversas variedades de mandioca, e macaxeira, também reconhecida como aipim e mandioca doce em outras regiões do país, conforme Mattos e Gomes (2000).

Todavia, com as diversas dificuldades que os agricultores enfrentam, as novas gerações buscam outras alternativas para sobreviver, trabalhando nos condomínios de Aldeia ou até mesmo vindo para Recife em busca de emprego e de estudos, rompendo com o modo de vida tradicional na terra, ligado ao modo de vida camponês que sua família tinha ou ainda tem. O rompimento com a cultura tradicional camponesa é resultado da influência do desenvolvimento hegemônico que tem adentrado nos países considerados subdesenvolvidos pelos países do Norte, em um processo de exploração, visando a obtenção de lucro, e reprodução do modelo de desenvolvimento desigual.

A obra Monoculturas da Mente, de Vandana Shiva, explica que a cultura e os conhecimentos científicos do ocidente foram se tornando hegemônicos ao longo do tempo, passando a ser considerados o único caminho possível de se organizar e se conceber no mundo e, tudo que foge dessa esfera, passa a ser considerado como algo atrasado, anticientífico, primitivo (SHIVA, 2003). A partir dessas contribuições da autora, entendemos que esse pensamento unilateral que domina o mundo seria o que Vandana Shiva denomina de Monocultura da Mente que tem como base um pensamento de matriz ocidental. Shiva (2003) nos esclarece também que essa ideologia em questão se materializa por meio de valores que orientam as estratégias, políticas, técnicas e métodos utilizados em programas que vão contra o desenvolvimento sustentável agrícola e florestal dos países do sul. O anti-desenvolvimento praticado pelos países do norte, contra os países do sul, tem apoio de empresas nacionais e do poder público local gerando na sociedade um fracasso sociocultural, migrações do campo para espaços urbanizados, fracasso das mudanças de valores para a maioria das populações (SHIVA, 2003).

Shiva (2003) afirma que as monoculturas da mente promovem uma devastação da sabedoria milenar, transfere a ideologia e os valores da monocultura para os consumidores e produtores através do controle ideológico, econômico e sociocultural. As grandes empresas multinacionais e alguns governos têm um papel significativo dentro desse modelo, eles convencem as populações que os sistemas tradicionais milenares não são eficientes e muito menos produtivos para conseguir alimentar o mundo, convencendo de que a biotecnologia e a monocultura são as melhores alternativas dentro do sistema de produção de alimentos (SHIVA, 2003).

No Brasil a alienação da população a esse respeito acontece através, primordialmente de propagandas na televisão e através do apoio e incentivos do governo[2]. A monocultura da mente reafirma o modelo de produção hegemônico do antidesenvolvimento, ou seja, a melhor alternativa para o desenvolvimento sustentável só poderá acontecer com base no desenvolvimento ecológico e socialmente sustentável (SHIVA, 2003).

A agricultura tradicional consegue envolver dentro de seus processos uma interação entre solo, água e recursos energéticos das plantas, enquanto a agricultura moderna faz o contrário, ela substitui essa interação citada acima pelo uso de produção químicos feitos em laboratório e que são ecologicamente destrutivos. A agricultura sustentável é baseada na reciclagem dos nutrientes do solo, ou seja, ela devolve a ele parte dos nutrientes que foram absorvidos pelas plantas. O sistema de saber contemporâneo deixa de lado o ser humano e suas estruturas, desencadeando uma crise ecológica e social, sendo fonte de ameaça e perigo à vida. Esse sistema excludente fragmenta e cria alienação entre as esferas de saberes e de conhecimento, afastando-se do contexto da realidade presente nos territórios, impedindo uma pluralidade e participação de sujeitos.

Embora a agricultura familiar camponesa esteja em declínio em Aldeia, se encontra uma resistência camponesa que, de certa forma, está se contrapondo à lógica excludente capitalista. Os entrevistados tem roçados, áreas que cultivam e não moram no local, bem como plantam em suas moradias nos arredores de casa. Os agricultores sequem cultivando policultivos em seus roçados no bairro de Vera Cruz, plantando macaxeira (fig. 20), feijão (fig. 21), maracujá (fig. 22), dentre outros plantios como vemos nas imagens seguintes.

[2] Ver site De olho nos Ruralistas.

Figura 20 – Plantação de Macaxeira, Aldeia/Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 21 – Plantação de Feijão, Aldeia/Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 22 – Plantação de Maracujá, Aldeia/Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Os agricultores que perderam suas terras continuam procurando alternativas para resistir a esse processo plantando suas variedades no quintal de suas casas (a seguir figs. 23,24,25,26,27), na forma de um quintal produtivo, como é o caso da Dona Luzinete que em seu quintal tem frutas e hortaliças que somam à alimentação de sua família.

Figura 23 – Plantação de Banana no quintal de uma residência, Aldeia/Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 24 – Plantação de Acerola no quintal de uma residência, Aldeia/Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 25 – Plantação de Coco no quintal da Dona Luzinete, Aldeia/Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 26 – Plantação de Mamão quintal de Dona Luzinete, Aldeia/Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 27 – Plantação de Acerola no quintal de uma residência, Aldeia/Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Dentro desses quintais produtivos, verifica-se a produção de banana, acerola, mamão, coco, pimenta, quiabo, e várias hortaliças. Assim, os quintais produtivos tem uma

funcionalidade de “dispensas naturais”, onde as famílias recorrem facilmente todos os dias para o preparo das refeições (OKLAY,2004), tendo um papel fundamental para a segurança alimentar e nutricional, além de fortalecer as resistências camponesas que se contrapõem ao modelo industrial. As frutas são ingeridas frequentemente de acordo com a estação de cada uma durante o ano. “Os quintais produtivos além de possibilitar a produção de frutas tanto para o seu consumo “in natura” quanto para a elaboração do beneficiamento como, por exemplo, doces e sucos” e são considerados uma das formas mais antigas de manejo da terra, segundo as autoras Carneiro et al. (2013, p.9).

2.4 Agroecologia como Esperança de Retomada da Agricultura Familiar Camponesa em Aldeia/Camaragibe

O modelo de desenvolvimento e de abastecimento atual é socialmente excludente e compromete diretamente a saúde coletiva das pessoas. A agricultura industrial é ancorada no “livre mercado” que trata a terra, o trabalho e as pessoas como mercadoria. O Brasil volta a integrar o mapa da fome das Nações Unidas novamente em 2021, dessa forma torna-se necessário e importante refletir sobre a democratização do acesso aos bens da natureza para diminuir esse processo de fome e de insegurança alimentar tão devastadora. Dessa forma, é de suma importância desenvolver estratégias para democratizar o consumo de alimentos limpos, bem como para desenvolver uma segurança alimentar e nutricional entre as populações. O golpe-parlamentar-midiático de 2016 que o Brasil passou, desencadeou um desmonte neoliberal sobre o estado democrático de direito impactando diretamente os territórios. Desde então a violência no campo e em terras indígenas tem se intensificado no país.

A revolução verde no Brasil é a causa de boa parte das catástrofes sociais que os seres humanos vêm presenciando atualmente. A segunda fase da RV teve como objetivo o controle por parte dos monopólios internacionais em relação ao mercado de insumos e máquinas agrícolas. Outro fator preponderante foi o avanço dessas multinacionais no controle da produção e do comércio de sementes, controlando assim, todo sistema alimentar no mundo. Segundo o IBGE (2012) em meados da década de 50 a população rural e urbana brasileira correspondia a 63% e 36%, respectivamente. Esses números mudaram significativamente durante os anos 2.000, onde a população rural passou a ser apenas 18% e a urbana subiu para 81% aproximadamente. O avanço tecnológico no campo desterritorializa diversas famílias camponesas por meio da modernização conservadora. A estratificação urbana-rural também contribui nesse processo, causando uma redução da população rural devido à grande demanda de mão de obra dos setores urbanos e industriais. Vale salientar também que outro fator que

contribui para o crescimento urbano foi o processo de reprodução do trabalho, onde vários agricultores e agricultoras foram expulsos do campo para as grandes cidades, se fixaram na cidade, se reproduziram e, boa parte, nunca mais voltou para o campo.

A atual situação do planeta, onde há um aumento significativo do índice de fome, erosão dos solos, redução da disponibilidade de área de plantação para os camponeses, doenças, infecções, nos mostra que as consequências do agronegócio têm gerado uma negação do papel dos povos milenares e dos camponeses dentro desse atual sistema alimentício (SANTILLI, 2009). A agroecologia é ciência, movimento e prática tendo como base a tomada de decisões através da aplicação da dialética de seus princípios atrelados com a realidade local, pesquisa e com base nos saberes consagrados pela prática (MACHADO & MACHADO FILHO, 2014).

A FAO também vem reconhecendo a importância da agricultura familiar. Os agricultores que plantam através dos princípios agroecológicos normalmente disponibilizam um tempo maior para respeitar o tempo de cada ecossistema. Quem utiliza os princípios da agricultura nas suas plantações deve considerar a realidade e espacialidades locais para conseguir qualidade nos resultados.

Por outro lado, o agronegócio tem em sua essência a insustentabilidade social, política, ambiental, técnica, ética e ecossistêmica com base no seu paradigma tecnológico. Machado & Machado Filho (2014) apresentam uma saída para essa crise gerada pela agricultura industrial, a agroecologia e sua dialética. A agroecologia se contrapõe ao agronegócio pois atua como uma forma de agricultura que retoma as concepções de produção pré-revolução verde, enquanto a agricultura industrial nega a proteção da natureza e desencadeia diversos impactos negativos na sociedade. Os autores ressaltam que a agroecologia utiliza do progresso da ciência dos últimos 50 anos, com base em técnicas produtivas que incorporam questões políticas, sociais, culturais, ambientais, energéticas e étnicas. O agronegócio vai contra a biodiversidade, agride o meio ambiente, desconsidera as externalidades ambientais, marginaliza o campo, além de gerar uma concentração de renda e de terra.

Importante considerar a argumentação de Machado & Machado Filho (2014) na qual afirmam que a Agroecologia é um dos principais caminhos para se contrapor ao modelo homogeneizador, além de ser uma alternativa na promoção de uma soberania alimentar e segurança alimentar nos territórios. As redes de agroecologia são bastante importantes para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e sustentável. Dessa forma, a agroecologia é uma utopia real, capaz de promover experiências e manifestações que expressam coerência entre a teoria e a prática, mostrando caminhos para restaurar a agricultura tradicional e os sistemas agroalimentares, respeitando as grandes diversidades e os saberes locais das

populações. É bastante importante reafirmar a essência do movimento agroecológico para se contrapor ao discurso que tende a reduzir a agroecologia ao um enfoque tecnocrático de "esverdeamento da agricultura industrial" (CARTA POLÍTICA DO IV ENA, 2018)[3].

A Agroecologia assume um papel crucial em Aldeia na manutenção da agricultura familiar camponesa. Mesmo acontecendo de forma isolada em alguns locais atualmente, os agricultores através de práticas agroecológicas como a associação da mata com as plantações, criação de quintais agroecológicos, diversidade de cultivos por meio de policultivos e consórcios nas plantações envolvendo lavoura/frutíferas/nativas/medicinais/temperos, somam com a reprodução e territorialidades camponesas, cultivando alimentos, e também cuidando das águas e da mata nativa, além de se contrapor diretamente ao modelo de desenvolvimento hegemônico vigente.

2.5 Segurança alimentar, Soberania alimentar para além do pacote agroquímico

O modelo moderno de produção e consumo de alimentos não garantem a segurança alimentar e nutricional da população, intensificando a grande problemática da fome, da insegurança alimentar no país, produzindo cada vez mais alimentos sem respeito ao meio ambiente, com a utilização de agrotóxicos, afetando a saúde da população no geral. Esse modelo de produção utiliza-se de campanhas publicitárias, conduzindo a população ao consumo de alimentos que estejam dentro dessa lógica moderna, promovendo e estimulando cada vez mais o distanciamento de hábitos tradicionais e saudáveis da alimentação (CONSEA, 2019).

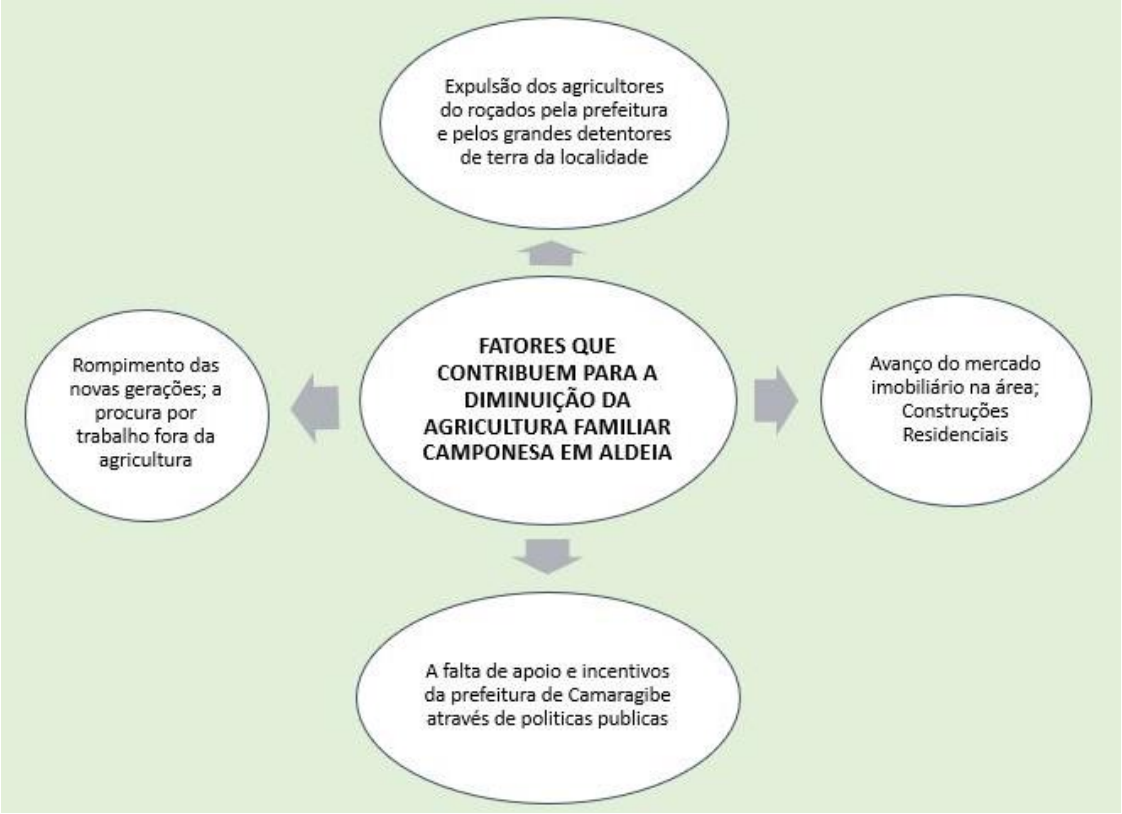
Os alimentos produzidos no Brasil, na grande maioria, utilizam agrotóxicos e adubos químicos. Os agrotóxicos são substâncias químicas utilizadas para o controle de indicadores naturais que estão ali para sinalizar que aquele meio de produção baseado no pacote da Revolução verde é completamente devastador e responsável por profundos desequilibríos dos agroecossistemas. Em contrapartida já é possível observar a redução do uso de agrotóxicos nos países desenvolvidos devido aos danos que causam na saúde humana e nos impactos ambientais e sociais. Em 2011 a comercialização de agrotóxicos no Brasil chegou à 14 bilhões de reais, tendo um aumento de 72% entre os anos de 2006 e 2012 (ASSAD, 2012). Desde 2008, o Estado brasileiro ultrapassou os Estados Unidos, ocupando a primeira posição no consumo mundial, sendo responsável pelo consumo de 1/5 dos agrotóxicos que são produzidos no mundo todo (ASSAD, 2012).

É necessário que haja um equilíbrio entre produtividade e saúde dentro da produção de

[3] O IV Encontro Nacional de Agroecologia aconteceu em 2017 em Belo Horizonte MgG (para mais detalhes ver site ANA Agroecologia)

alimentos, haja vista que a população é o destino desses alimentos, porém não é o que acontece dentro do sistema industrial de produção de alimentos atualmente. Em menos de 50 anos, o Brasil deixou de ser um importador para se ser um dos maiores produtores de commodities no mundo. A agropecuária brasileira, por exemplo, exporta para mais de 180 países (soja, milho, laranja, café). O agronegócio do país equivale a 25% do PIB brasileiro.Por conseguinte, o que se observa com a analise das informações obtidas, é que a agricultura familiar camponesa em Aldeia tornou-se praticamente inexistente atualmente devido as consequencias do atual modelo de desenvolvimento hegemonico no qual o mundo está inserido. Na figura abaixo (fig. 28) pode-se entender melhor as difuculdade encontradas pelos agricultores que ainda resistem na localidade.

Figura 28. Fatores que contribuíram para a diminuição da agricultura familiar camponesa em Aldeia



Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Com isso, é possível firmar que o avanço da especulação imobiliária é devastadora, ela expulsa os agricultores de suas terras para construir empreendimentos que estimulem cada vez mais a ida da população de alto poder aquisitivo para a região, excluindo e desconsiderando o modo de vida da população local. O aquecimento do mercado imobiliário em Aldeia vem

crescendo dia após dia e pode ser entendido pela proximidade da área com Recife, construções de condominios horizontais, restaurantes, shoppings etc.

Em relação ao rompimento do modo de vida da população Aldeense é outro fator que contribui para esse desaparecimento da agricultura na região. Observando os impactos que o atual modelo de produção com base na Revolução Verde tem causado nas plantações e no modo de vida se seus familiares, tornam cada vez mais difícil manter as novas gerações no campo, que passam a buscar outras alternativas de sobrevivencia, passam a trabalhar e estudar em Recife ou em outras áreas e não mais se colocando como campesinato.

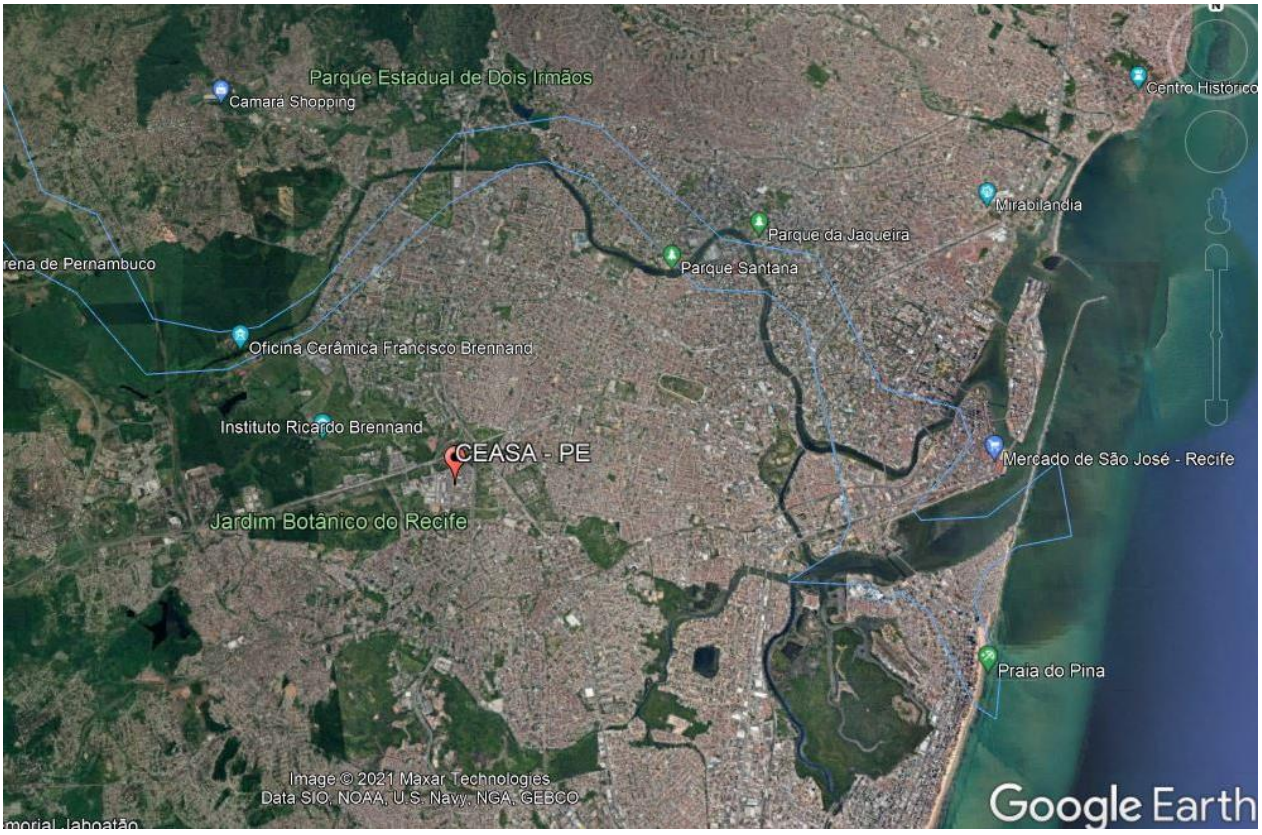
O processo de Monocultura da Mente (SHIVA, 2003) tem trabalhado para descredibilizar os sistemas de produção local, inviabilizando a continuidade dos sistemas locais de saberes. As monoculturas mentais se materializam em modelos de produções que destroem a biodiversidade e banalizam a destruição das diversidades. A biotecnologia é um retrocesso ecológico e social, em relação aos sistemas de produção de alimentos, desencadeando diversas mazelas ambientais.

Como discutido anteriormente, a falta de apoio e incentivo por meio de políticas públicas pela Prefeitura do Município de Camaragibe é outro fator que atua contra a manutenção da agricultura familiar na área. Todos agricultores entrevistados relatam a prefeitura não reconhece nem apoia a agricultura na localidade. Muitos agricultores ocuparam áreas públicas para construir suas plantações, cuidaram da terra durante décadas, criaram suas famílias e depois foram “indenizados” para sair da localidade, ou seja, foram expulsos de suas terras. Outros agricultores relatam que suas terras foram cedidas por quem tinha muita terra, a família Torquato de Castro e de Maria Amazônia, porém depois de muitos anos de cuidado com a terra e protegendo de possíveis ocupações de pessoas que não tinham onde morar, eram retirados desses espaços para dar espaço aos novos empreendimentos e casa que iam ser construídas no local. Dona Terezinha, agricultora da região diz que: “Quando a gente veio para Aldeia, plantamos no terreno que era de Maria Amazonas, passamos um bucado de tempo trabalhando ali, depois dona Maria vendeu tudo aí a gente teve que sair de lá” (Terezinha Maria de Lima Oliveira, 78 anos).

Desde o final da década de 1950, o Brasil ainda não contava com nenhum sistema de abastecimento alimentar que funcionasse a partir de uma central de distribuição baseada na lógica moderna de produção de alimentos. O comércio de alimentos nas cidades brasileiras acontecia por meio de mercados públicos e feiras locais. A partir de 1960, através da Sudene, foi criada a Central de Abastecimento de Pernambuco S/A (CAPESA), com sede em Recife, sendo resultado de discussões entre a gestão pública e técnicos vindo do exterior e de grandes

universidades, dando início aos debates sobre o Sistema Nacional de Abastecimento (CEASA, 2007). O CEASA/PE (fig. 29) foi constituída em 2003 como uma Organização Social de direito privado, sem fins lucrativos, No ano de 2004, esse sistema de abastecimento se vinculou à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária/SARA.

Figura 29– Localização geográfica do CEASA/PE, 2021.



Fonte: Maria Carolina França, 2021.

A Feira de Produtos Orgânicos da CEASA-PE foi criada em 12 de março de 2008 com o intuito de promover o desenvolvimento da agricultura orgânica familiar, porém a criação de central de abastecimentos acaba inviabilizando a produção de pequenos agricultores locais, contribuindo para a diminuição da agricultura familiar no estado. Mesmo abarcando vários agricultores de várias regiões do estado de Pernambuco e de todo brasil, as feiras orgânicas organizadas no CEASA/PE entram dentro da lógica moderna de produção, haja vista que mesmo sendo alimentos livres de insumos químicos, são alimentos que ganham preço maior do que os que são comprados em uma feira local. São alimentos vindo de longe e que chegam com um custo bem mais elevado nesses locais, fazendo com que os que tenham uma renda mais elevada consigam se

alimentar adequadamente, intensificando ainda mais a problemática da desigualdade no país.

O Mercado Municípal sempre foi lugar de encontro entre agricultores da região para vender seus alimentos e adquirir outros alimentos que não faziam parte de suas plantações, conforme bem ressalta uma das agricultores da localidade:

> Criei todos meus filhos na roça, hoje em dia nenhum deles trabalha plantando. Eu nunca passei fome na minha vida, sempre tive muita fartura. Todo sábado a gente ia levar saco de feijão, macaxeira, inhame, amendoim no mercado de Camaragibe.Todo mundo se reunia lá, todos os agricultores. A gente ia vender as coisas no mercado para conseguir dinheiro para comprar as coisas que a gente não tinha no roçado, carne.(TEREZINHA M. L. O, 78 anos).

Contudo, este cenário foi se tornado cada vez menos recorrente. Os agricultores que não tinham terra para plantar e comerciantes foram em busca de outras alternativas para continuar, de certa forma, dentro do sistema de produção de alimentos, eles passaram a comprar frutas e verduras na CEASA (fig. 30) (O Centro de Abastecimento e Logística do Estado de Pernambuco) para vender no mercado Municipal de Camaragibe (fig. 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37) e ao longo da estrada de Aldeia (figs. 38, 39, 40), na PE-27.

A maioria dos alimentos da CEASA segue a lógica moderna de produção de alimentos, trazendo frutas, por exemplo, de monoculturas de municípios distantes: “Eu vendia frutas de um sítio de lá do Oitenta, levava para vender na beira da pista. Eu ia para Ceasa também, comprar verduras e frutas para vender, já que não tinha terra para plantar. Eu vendia lá no mercado municipal de Camaragibe, vendia bem lá” (Luiz José da Silva, 65 anos).

Figura 30 - O Centro de Abastecimento e Logística do Estado de Pernambuco

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 31 – Localização Geográfica do Mercado Municipal de Camaragibe/PE, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 32 – Mercado Municipal de Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 33 – Banca de feirante no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 34 –Diversidade de frutas à venda no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 35 – Diversidade de Alimentos in Natura no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 36 – Diversidade de Alimentos e Beneficiados no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 37 – Banca com Hortaliças no Mercado Municipal de Camaragibe, 2021.

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 38 – Ponto de venda de agricultores na estrada de Aldeia (PE 27)

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 39 – Ponto de Venda de Agricultores Com Ovo de Granja Local na estrada de Aldeia (PE 27)

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Figura 40 – Ponto de Venda de Agricultores com Venda de Milho Cozido na estrada de Aldeia (PE 27)

Fonte: Maria Carolina França, 2021.

Com base na observação de campo e resultados pôde-se observar que há grande riqueza de alimentos da agricultura familiar camponesa das localidades próximas conjugada com produção vinda de municípios distantes. Assim, fica evidente a importancia do papel da Prefeitura do Municipal de Camaragibe no sentido de promover e estimular a manuteção da agricultura familiar camponesas em Aldeia. O Mercado Municipal de Camaragibe seria um importante fator dentro desse processo, haja vista, que sempre foi local de encontro dos agricultores da área. Com base em Braz e Pereira (2018) vemos que é importante refletir e apoiar os circuitos curtos de comercialização, nos quais os alimentos da agricultura familiar camponesa são valorizados, e podem ser os própriios agricultores os que comercializam seus alimentos p.ex em feiras locais, assim como, se contribui para disponibilizar um alimento sano, fresco e que garanta a saúde da população.

Como toda a reflexão e os resultados debatidos, podemos evidenciar a presença de agricultores e agricultoras que resistem com a produção diversificada de alimentos em Aldeia dos Camarás, que não são visibilizados para além do território, entretanto são presença cotidiana e marcante no bairro com pontos de venda diários disponibilizando alimentos frescos de produção local e sem uso de agrotóxicos. Foi possível identificar também um grande fluxo

de pessoas que moram nos condomínios parando para comprar esses alimentos durante toda estrada de Aldeia, possivelmente por ser um alimento mais nutritívo e mais barato do que seria nos grandes supermercados e quitandas da localidade. Dessa forma, em tempos de pandemia cresce a responsabilidade, possibilidade de dar mais atenção, visibilidade e apoiar a produção de alimentos sanos que podem articuladamente e descentralizadamente atingir a população que está atravessando insegurança alimentar e entrando no mapa da fome.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi discutido anteriormente, Aldeia dos Camarás, localizada no município de Camaragibe/PE tem sofrido uma redução da agricultura familiar camponesa na localidade. A especulação imobiliária, a construção de novos empreendimentos, o rompimento do modo de vida tradicional, as consequências da revolução verde baseada no novo modelo de desenvolvimento hegemônico e excludente, a expulsão de agricultores das suas terras e a falta de valorização e promoção de políticas que ajudem a estimular a agricultura tradicional na localidade são fatores que vem atuando articuladamente para refletirmos e pensar que daqui a alguns anos pode não existir nenhum agricultor e agricultora nessa área.

Com base na análise dos resultados foi possível identificar uma redução da agricultura familiar camponesa, haja vista, a pouca quantidade de roçados e agricultores que continuam plantando, visto que anteriormente tinham a posse e faziam o uso comum das terras como forma de organização produtiva. Foi possível identificar também o avanço e a construção de condomínios horizontais que levam à venda e loteamento das terras, atraindo pessoas de alto poder aquisitivo para a região, modificando e influenciando diretamente no modo de reprodução do espaço. Identificou-se uma fragmentação no modo de reprodução camponesa, onde as novas gerações vão em busca de outras alternativas de se conceber no espaço, fora da lógica camponesa. Outro fator preponderante, que atua na quebra da cultura e organização camponesa tradicional, é a expulsão dos agricultores de suas terras - terras que estavam abandonadas e desabitadas – que durante anos detinham a posse dos terrenos garantidos por lei. E por fim, encontrou-se várias formas de resistências por meio de cultivos, quintais produtivos, bem como compra e venda de alimentos, que mesmo obedecendo a lógica capitalista, é uma forma dos camponeses que não tem terra se manterem dentro do setor produtivo de alimentos.

A Agroecologia é um caminho de esperança, possível para se contrapor a esse sistema atual de desenvolvimento, para conseguir alcançar uma soberania, segurança alimentar e nutricional, garantindo autonomias dentro da localidade. As redes de Agroecologia são fatores predominantes para se construir uma sociedade mais igualitária e sustentável. Sendo assim, a

Agroecologia desenvolve experiências mais coerentes entre a teoria e a prática, desencadeando alternativas que ajudem a restaurar a agricultura familiar camponesa na área.

É importante pensar na construção de um projeto democrático e popular que valorize e estimule a retomada da agricultura familiar camponesa em Aldeia, se contraponha à lógica do capital que dilacera a sociedade e mata as paisagens e pessoas. É importante entender a dimensão estratégica das escolas locais para apoiar e fortalecer e intensificar as lutas contra-hegemônicas. As terras sem uso da prefeitura do município de Camaragibe podem ser disponibilizadas para as famílias de agricultores/as retomarem seu modo de vida tradicional e, consequentemente, promover uma retomada da cultura tradicional camponesa que existe há décadas e que produz alimentos em diálogo com a natureza.

Pode-se dizer que o objetivo principal da pesquisa foi atendido, haja vista, que foi possível analisar o processo de transformação da agricultura familiar camponesa em Aldeia, além de identificar alguns dos principais fatores que tem contribuído para a transformação do espaço e, consequentemente, a diminuição de roçados na área cultivados por agricultores que faziam uso comum das terras e foram se tornando agricultores sem terra. De modo geral, foi possível entender as condições de trabalho dos agricultores e algumas formas de resistências presentes no território. Houve um mapeamento das áreas de roçados no km 10,5 de Aldeia, no bairro de Vera Cruz onde, anteriormente, localizava-se a maioria dos roçados da região. Por fim, o debate sobre a importância da Agroecologia para a agricultura familiar camponesa na localidade juntamente com os impactos da Pandemia da Covid-19 aconteceu de forma clara e, consequentemente, foram alcançados alguns dos objetivos tais como a pesquisa delineou.

Por outro lado, os limites da pesquisa se deram principalmente em decorrência da Pandemia da Covid-19 onde diversas limitações foram sendo colocadas, principalmente para a realização dos campos. Outra dificuldade encontrada foi encontrar os agricultores em seus roçados para realizar as conversas e entrevistas, visto que, a grande maioria dos agricultores não mora junto de seus roçados devido a vários motivos que foram debatidos ao longo da pesquisa. Um recorte importante não foi debatido durante o trabalho, o recorte de raça, devido a falta de tempo que a pesquisa foi realizada, haja vista que a UFPE teve três períodos durante 2021, sendo assim, buscarei trazer essa questão de raça de forma incisiva durante a continuação da pesquisa dentro dos estudos do Mestrado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. Disponível em: http://www2.cprh.pe.gov.br/uc/apa-aldeia-beberibe/. Acessado em: 01 de dezembro de 2021.

ALMEIDA, Jalcione. A Construção Social de Uma Nova Agricultura. Ed. da Universidade. 1998.

ALTIERI, Miguel. A., and Clara Inés Nicholls. Nicholls, and Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas. "La Agroecología en tiempos del COVID-19." University of California, Berkeley. Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas CELIA (2020): 1-6.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia – Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável. Rio de Janeiro: Aspta; Rio Grande do Sul: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia. Ed. Agropecuária e Ed. Aspta.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.105p.

ALTVATER, Elmar. O Preço da Riqueza. São Paulo: Universidade Paulista, 1995.

ANDRADE, Ana Karina. Nogueira., and CABRAL, Gabriela. Monteiro Cabral. Compreendendo os laços afetivos (Simbólicos) dos moradores de aldeia, Camaragibe-PE, 2016.

ANDRADE, Manuel C. de. Nordeste: alternativas da agricultura. Campinas: Papirus, 1988.

ANDRADE, Manuel C. de. O Nordeste e a Nova República. Recife: Asa, 1987.

ANDRADE, Manuel C. de. "A Terra e o Homem do Nordeste." *São Paulo: Brasiliense* (1962).

ARAÚJO, Tânia Bacelar. de. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ASSAD, Leonor. "Agricultura brasileira é a maior consumidora mundial; gasto em 2011 chegou a R $14 bilhões." *Ciência e Cultura* 64.4 (2012): 06-08.

BAPTISTA, Naidison D. Quintela.; CAMPOS, Carlos Humberto. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: Conti, I. L.; Schroeder, E. O. (Orgs.). Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social. Brasília: IABS, p. 51-58, 2013a.

BAPTISTA, Naidison D. Quintela.; CAMPOS, Carlos Humberto. Educação Contextuali-zada para a Convivência com o Semiárido. In: Conti, I. L.; Schroeder, E. O. (Orgs.). Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social. Brasília: IABS, 2013b. p. 83-96.

BAPTISTA, Naidison D. Quintela.; CAMPOS, Carlos Humberto Possibilidades de cons-trução de um modelo sustentável de desenvolvimento. In: Conti, I. L.; Schroeder, E. O. (Orgs.).

Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social. Brasília: IABS, 2013c. p. 59-72.

BOMBARDI, Larissa Mies. "Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado." *Boletim Dataluta* 45 (2011): 1-21.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. Ed. Vozes.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "Reflexões sobre como fazer trabalho de campo." Sociedade e cultura 10.1 (2007): 11-27., Brandão, Carlos Rodrigues. "Reflexões sobre como fazer trabalho de campo." Sociedade e cultura 10.1 (2007): 11-27.

BRITO, Fernanda Pereira. SANTOS,Valéria. Pereira. Mulheres e qintais produtivos: desafios e alternativas do uso da água para o cultivo de alimentos. Anais do VI e VII Seminários Bem Viver Indígena Araguaína – TO, 2017 – 2018, 2019.

ca9692en.pdf. Acesso em 06.03.2021.

CAMPO, Christiane Senhorinha Soares, and Rosana Soares Campos. "Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil." *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias* sociales (2007).

CARNEIRO, Maria Gerlândia Rabelo, et al. "Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE)." Revista Brasileira de Agroecologia 8.2 (2013): 135-147.

CASTRO-GÓMES, Santiago. Decolonizar la universidad: La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (Eds.) El giro decolonial: refexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontifcia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 79-91.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. 2007.

CHAYANOV, ALEXANDRE V. 1974 (1924) La organización da la unidad económica.
ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito." Cadernos do NAEA 10 (1989): 173-196.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periferia urbana. Geosul, n.2, 2º sem. 1989.

DANTAS, Ibarê. Coronelismo e dominação. Aracaju: UFS, 1987.

DE LISBOA, Josefa Bispo. and Alexandrina Luz Conceição. "Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital." *Terra Livre* 2.29 (2007).
de la colonialidad y postcolonialidad imperial". Tabula Rasa, 3, 47-72.

DELGADO, Guilherme. C. "A questão agrária no Brasil, 1950-2003." *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA* (2005): 51-90.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. (org). Etnoconservação. Ed. Hucitec, 2000.

ETCHEVARNE, Carlos. A ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da ocupação portuguesa. Revista USP, 44, 112-141, dez. 1999/fev. 2000. Disponível em: http://www.revistas.- usp.br/revusp/article/view/30097/31982.

FAO - Food and Agriculture Organization, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Resolución Nº 14/16/MA - El Ministerio de Agricultura adopta el concepto de Agricultura Familiar. República Dominicana: Ministério da Agricultura. Disponível em: , Acesso em: 29 de maio de 2016.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2020. The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO. https://doi.org/10.4060/ca9692en. Disponível em: http://www.fao.org/3/ca9692en/

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio e Reforma Agrária, 2004.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. "Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo." GEOgraphia 8.16 (2006).

FREIRE, Paulo. Comunicação ou Extensão. Rio de Janeiro: Vozes. 1982.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

GONZÁLEZ-CASA NOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redef-nição). In: Boron, A. A.; Amadeo, J.; Gonzalez, S. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires:Clacso, 2007. p. 431-458.

GRAZIANO DA Silva José. Perspectivas da agricultura alternativa. Caderno de Difusão Tecnológica, Brasília, vol. 4, n. 2, p.117-128, maio/ago., 1987.

HAESBAERT, Rogério. "Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste." (1997).

HECHT, Susanna.1993 “A evolução do pensamento agroecológico”, em Revista Agroecologia e Desenvolvimento CLADES (Rio de Janeiro) Ano I, N° 1, Ago.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição). Editora Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciên-cias sociais. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2005.

LANG, Miriam. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. In: Dilger, G.; Lang, M.; Pereira Filho,J. (Orgs.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxembur-go, 2016. p. 24-45.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Compa-nhia das Letras, 2012.LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar 2002, p.36-50.

LEITE, Reuel Machado. "MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. Dialética da agroecologia São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 360." Revista GeoNordeste 1 (2016): 187-192.

MALUF, Renato. Comer em tempos de pandemia e após. Jornal GGN. Disponível em: Comer em tempos de pandemia e após. Disponível em: https://jornalggn.com.br/artigos/comer-em-tempos-de- pandemia-e-apos-por-renato-s-maluf/. Acesso em: 31.10.2021.

MARQUES, Marta Inês. Medeiros. "A atualidade do uso do conceito de camponês." Revista nera 12 (2012): 57-67.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2010. MARX, Karl. O Capital, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O Capital, livro III, tomo I. Trad. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986 a.

MARX, Karl. O Capital, livro III, tomo II. Trad. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1986 b.

MARX, Karl. Teorias da mais-valia. Trad. Reginaldo Sant´Anna. São Paulo: Civilização brasileira, 1980.

MARQUES, Marta Inês. Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista nera, n. 12, p. 57-67, 2012.

MATTOS, Pedro Luiz.P. de; GOMES, J. de Cerqueira. O cultivo da mandioca. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2000. 122p.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. "Re-territorialização e identidade. o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na campanha gaúcha (RS)." *Coloquio Internacional de Geocrítica (9.: Porto Alegre: 2007 maio 23-jun. 1).[Trabalhos apresentados]. Porto Alegre: UFRGS, 2007* (2007).

MIGNOLO, Walter. (2003). “Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: lógica

MIRANDA, Lívia Izabel. de Bezerra. Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife - PE / Lívia Izabel Bezerra de Miranda. – Recife: O Autor, 2008.

OKLAY, Emily. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural.Agriculturas, v. 1, n.1, p. 37-39, 2004.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto & Mello, Yasmim Ribeiro. Projetos globais e resistências locais: pescadores artesanais e Unidades de Conservação no litoral, Rio de Janeiro – Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 137-150, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto Reforma Agrária e Meio Ambiente: interfaces da função social e ambiental da terra. GEOgraphia, Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, ano VII, n.14, p. 93-111, dezembro 2005.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. "Agroecologia na formação universitária: da ecologia à Agroecologia e do ecossistema ao agroecossistema." Cadernos de Agroecologia 11.1 (2016).

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. "Desenvolvimento e meio ambiente: o todo é maior que a soma das partes." Revista Plurais 1.2 (2005): 265-272.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. "Reforma Agrária e Meio Ambiente: desafios e possibilidades em torno de conflitos envolvendo assentamentos rurais/INCRA e reserva biológica/IBAMA." Floresta e Ambiente 14.2 (2007): 49-63.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. *In*: Caldart, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; Alentejano, Paulo; Frigotto, Gaudêncio (ORGS.). Dicionário da Educação do Campo. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, 685-689 pp.

PETERSEN, Paulo. Desenvolvimento e Agricultura Sustentável: especificidades do caso brasileiro. 1997, Aspta (texto).

POLANYI, Karl. 1971. The Great Transformation. Boston: Beacon Press.

PRIMAVESI, Ana Candida PA, Odo Primavesi, and Mário Soter França-Dantas. "Avaliação agronômica de genótipos de Leucaena em São Carlos, SP. 1. Produção de matéria seca." *Embrapa Pecuária Sudeste-Artigo em periódico indexado (ALICE)* (1994).

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasifcación social. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (Eds.). El giro deco-lonial: refexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Con-temporáneos y Pontifcia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: Bonillo, H. Los Conquistados. Bogotá: Tercer Mundo, Flacso, 1992. p. 437-449.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-130.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA ALIMENTAR. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021.

RIBEIRO, Marlene. Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação como princípios/fnsda formação humana. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RODRIGUES, Maria de Lurdes Neves Baptista. Disponível em: http://engenhosdepernambuco.blogspot.com.br/ Data de acesso: 09/11/2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma revolução democrática da Justiça, 2007. Acesso em, v. 10, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um Discurso sobre as Ciências. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCOTT, James C., and de Menezes., Marilda. A; GUERRA, Lemuel. Formas cotidianas da resistência camponesa. Raízes: revista de ciências sociais e econômicas, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SENECA, Joseph. J., and MICHAEL K. Taussig. "Family equivalence scales and personal income tax exemptions for children." *The Review of Economics and Statistics* (1971): 253-262.

SHANIN, Teodoro. Campesinos y sociedades campesinas. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHIVA, Vandana. A Semente e a Roca de Fiar. Ed. Aspta, 1992.

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida: mujer, ecología y desarrollo.Madrid: Horas y Horas, 1995.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente. São Paulo: Gaia, 2003.

STÉDILE, João Pedro, and WANDERLEY Loconte. A questão agrária no Brasil. Atual Editora, 1997.

SILVA, Uschi Cristina. Rede carioca de agricultura urbana : desafios e possibilidades na construção, 2017. Recife: UFPE, PPGEO, Dissertação de Mestrado.

SILVA, Alison Barbosa da. A reconfiguração de uma periferia de amenidades: àprocura da natureza em Aldeia (Camaragibe-PE). Tese de Doutorado – Ailson Barbosa da Silva. – Recife: O autor, 2015.

SILVA, Roberto Marinho da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - UnB, 2006.

SILVA, Valcilene Rodrigues, and Mônica Cox de Britto Pereira. "Das colonialidades à emergência de um novo paradigma no Semiárido brasileiro desde as racionalidades camponesas: um caminhar para além do desenvolvimento?." *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 55 (2020).

SWAMPA, Maristela. "Reflexiones para un mundo post-coronavirus." Revista Nueva Sociedad (2020). terra.

TAUSSIG, Michael. 1983. The Devil and Commodity Fetishism in South America. Chapel Hill.

TOSETTO, Estevão Marcondes, Irene Maria Cardoso, and Silvia Dantas Costa Furtado. . A importância dos animais nas propriedades familiares rurais agroecológicas. Revista Brasileira de Agroecologia, 2013.

UMBELINO, Ariovaldo de Oliveira. "Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil." (2015).

VIEIRA, Endrigo Neris, and Armando Alves de Carvalho. "Agroecologia e democracia, unindo campo e cidade: relato de experiência na IV ENA. *Informe Econômico (UFPI)* 39.2 (2019).

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonia-lidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. Tabula Rasa, Bogotá, 9, 131-152, jul.-dic. 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Raízes históricas do campesinato brasileiro." *Agricultura familiar: realidades e perspectivas* 3 (1999): 21-55.

WOORTMANN, Klaus. "“Com parente não se neguceia”: “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral." Anuário antropológico 12.1 (1988): 11-73.

WOORTMANN, Klaus. Migração, família e campesinato. No. 87. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1990.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE CAMPO

HISTÓRIA DE VIDA

1) Nome.

2) Idade.

3) Quanto tempo mora em Aldeia?

4) Caso não tenha nascido em Aldeia, de onde você veio?

5) Você se considera um agricultor(a)?

6) Há quanto tempo você planta?

7) A localidade que você planta ou já plantou você conseguiu de que forma? Você comprou ou alguém lhe cedeu?

AGRICULTURA EM ALDEIA HOJE

8) Se não planta atualmente, parou de plantar por quê?

9) Quais são as maiores dificuldades em continuar plantando hoje em dia?

10) Você conhece ou já frequentou alguma feira aqui em Aldeia?

HISTÓRIA DA PRÁTICA DA AGRICULTURA REALIZADA POR ELE OU ELA

11) Quais mudanças no território você observou ao longo do tempo?

12) As sementes que você planta vem de onde?

13) Quais tipos de espécies você planta ou já plantou?

14) Explique como você plantava ou planta, como colhe e como vende esses alimentos.

RELAÇÃO COM PREFEITURA

15) A prefeitura do Município de Camaragibe alguma vez incentivou de alguma forma a sua plantação ou a plantação?

FOME

16) Você já passou fome em algum momento da sua vida?

ALDEIA ANTES E HOJE

17) Como era a Aldeia na sua infância?

18) Como era o sistema de transporte público em Aldeia quando você era mais novo?

19) Como vocês faziam para se locomover em Aldeia?

CONDOMÍNIOS

20) Já havia condomínios em Aldeia quando você era criança?

21) Tinha menos ou mais condóminos do antigamente?

22) Você já trabalhou em outro setor sem ser agricultura?

23) Você já trabalhou ou conhece alguém que trabalha ou trabalhou em algum condomínio aqui em Aldeia?

PANDEMIA

24) Durante a pandemia da covid-19 sua plantação foi afetada de alguma forma?

25) Durante a pandemia já chegaram a faltar variedades de alimentos em casa?

26) Sua plantação vem ajudando de que forma durante a pandemia?

SIGNIFICADO DA AGRICULTURA E SER AGRICULTOR OU AGRICULTORA NA SUA VIDA E HOJE/NA ATUALIDADE

27) Diante de tantas dificuldades, por que você continua plantando?

28) Plantar significa o quê para você?

QUESTÕES - ANÁLISES DOS RESULTADOS

- Quais são as principais características do ambiente social entre os agricultores entrevistados?
- Como se dá a relação e organização social entre os agricultores?
- Quais intervenções o poder público já realizou dentro desse processo de produção?
- Quais são as práticas agroecológicas na localidade e quais são os pequenos circuitos de comercialização da produção local?

- Quais tecnologias agroecológicas de produção contribuem para a intensificação da agricultura familiar na região de Aldeia e qual é o papel chave na segurança alimentar e nutricional.
- Que impactos a pandemia da Covid-19 trouxe para a agricultura familiar de Aldeia?

ANEXO I - DECRETO Nº 34.692, DE 17 DE MARÇO DE 2010.

Declara como Área de Proteção Ambiental - APA a região que compreende parte dos Municípios de Camaragibe, Recife, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Araçoiaba, São Lourenço da Mata e Paudalho, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 6. 902, de 27 de abril de 1981, na Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, e na Lei nº 13.787, de 08 de junho de 2009,

CONSIDERANDO ser interesse do Estado a revitalização da bacia hidrográfica do Rio Beberibe, manancial hídrico de grande importância ambiental para a Região Metropolitana do Recife;

CONSIDERANDO que na área em apreço estão localizados remanescentes de mata atlântica que se constituem no maior bloco contínuo deste bioma localizado ao norte do rio São Francisco, com aproximadamente, 10.045ha, além de vários fragmentos dispersos, com potencial para conectividade e refúgio para espécies raras ameaçadas de extinção;

CONSIDERANDO que estes remanescentes têm a função de proteger áreas de nascentes de pequenos rios que afluem ao rio Capibaribe e de rios que formam o Grupo de Bacias Litorâneas 1 - GL 1 - do Estado de Pernambuco, os quais contribuem para a complementação do sistema de abastecimento público da Região Metropolitana do Recife;

CONSIDERANDO que essa região foi classificada, em 2002, pelo Atlas da Biodiversidade de Pernambuco, elaborado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA, como de importância biológica Extrema e Muita Alta para a conservação da biodiversidade, o quê ratifica a necessidade de proteção desse significativo patrimônio biológico pelo Estado;

CONSIDERANDO que muitas áreas florestadas recobrem espaços com declividades superiores a 45°, topos de morro, cursos d'água e nascentes, definidos como Áreas de Preservação Permanente, Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e, em sua maioria, estão inseridas na Área de Proteção de Mananciais da RMR, instituída pela Lei nº 9.860, de 12 de agosto de 1986;

CONSIDERANDO que a área abriga o único reservatório do Litoral Norte - a Barragem de Botafogo - integrado ao sistema de abastecimento público da RMR;

CONSIDERANDO a ocorrência da Formação Beberibe, importante reserva de água subterrânea em exploração para abastecimento público da Região Metropolitana do Recife e sua vulnerabilidade à poluição e contaminação provocada pelo uso e ocupação do solo sem controle;

CONSIDERANDO que, além da rica e importante diversidade biológica, essa área apresenta atributos paisagísticos que merecem ser apropriados e protegidos pela sociedade

e pelo Estado;

CONSIDERANDO que a criação de uma unidade de conservação nessa região, envolvendo vários Municípios, possibilitará a convergência de ações coordenadas voltadas à proteção do seu patrimônio biológico, paisagístico, cultural e à promoção do desenvolvimento sustentável;

CONSIDERANDO, por fim, que a promoção do desenvolvimento sustentável da região deverá ser pautada na proteção dos recursos naturais, na valorização do homem e na preservação do patrimônio social, histórico, artístico e cultural, ali existentes,

DECRETA:

Art. 1º Sob a denominação de APA Aldeia - Beberibe, fica declarada Área de Proteção Ambiental a região situada nos Municípios de Camaragibe, Recife, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Araçoiaba, São Lourenço da Mata e Paudalho, totalizando uma área de 31.634ha (trinta e um mil seiscentos e trinta e quatro hectares) conforme Memorial Descritivo e delimitação geográfica constantes dos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º A declaração de que trata o artigo anterior, tem por objetivo:

I - promover o desenvolvimento sustentável, respeitando a capacidade de suporte ambiental dos ecossistemas, potencializando as vocações naturais, culturais, artísticas, históricas e ecoturísticas do território;

II - proteger as espécies raras ameaçadas de extinção existentes nas 05 (cinco) unidades de conservação ocorrentes na área e nos remanescentes florestais da região;

III - proteger os mananciais hídricos superficiais e subterrâneos, assegurando as condições de permeabilidade e manutenção de suas áreas de recarga e de nascentes;

IV - incentivar o desenvolvimento de ações que promovam a restauração florestal, tais como, a recuperação das matas ciliares, do entorno de nascentes e reservatórios e das áreas degradadas;

V - promover a melhoria da qualidade de vida da população local.

Art. 3º Para a implantação e gestão da APA Aldeia-Beberibe serão adotadas as seguintes providências:

I - elaboração do Diagnóstico socioambiental, zoneamento ecológico-econômico e plano de Manejo;

II - definição, criação e implantação do Conselho Gestor da APA;

III - divulgação das medidas previstas neste Decreto, objetivando o esclarecimento aos diversos segmentos envolvidos com a APA Aldeia-Beberibe e suas finalidades.

Art. 4º A criação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe ficará sob a responsabilidade da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH com o apoio da Secretaria

de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA.

§ 1º O Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe tem caráter consultivo e paritário, com representações de entidades públicas, em nível federal, estadual e municipal, e com representações da sociedade civil da região e deverá ser instituído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação deste Decreto.

§ 2º Caberá à CPRH a coordenação do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe.

Art. 5º A elaboração do zoneamento ecológico-econômico e do plano de manejo ficarãoa cargo da CPRH, com o apoio da SECTMA.

Parágrafo único. O zoneamento ecológico-econômico e o plano de manejo indicarão as diretrizes e normas de uso e ocupação, as atividades a serem encorajadas, limitadas, restringidas ou proibidas em cada zona, de acordo com a legislação aplicável e será elaborado de forma participativa.

Art. 6º Além das proibições, restrições de uso e limitações previstas na Lei Federal nº. 6.902, de 27 de abril de 1981, na Resolução CONAMA nº 010/88, na Lei Federal 9.985, de 18de julho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e na Lei nº 13.787, de 2009, o decreto que aprovar o zoneamento ecológico-econômico, para a APA Aldeia- Beberibe, deverá estabelecer outras medidas que assegurem o manejo adequado da área.

Art. 7º Ficam instituídas na APA Aldeia-Beberibe como zonas de conservação de vida silvestre - ZCVS:

~~I - Reserva Ecológica Mata de Miritiba;~~

I - Refúgio de Vida Silvestre Mata de Miritiba; (Redação alterada pelo art. 1º doDecreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

II ~~- Reserva Ecológica Mata da Usina São José;~~

II - Refúgio de Vida Silvestre Mata da Usina São José; (Redação alterada pelo art. 1º doDecreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

III ~~- Reserva Ecológica da Mata de Quizanga.~~

III - Refúgio de Vida Silvestre Mata de Quizanga. (Redação alterada pelo art. 1º doDecreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

Art. 8º Ficam instituídas na APA Aldeia-Beberibe como zonas de preservação de vida silvestre - ZPVS:

I - Parque Estadual de Dois Irmãos;II - Estação Ecológica de Caetés.

Art. 8º-A. Fica instituído o Corredor Ecológico da APA Aldeia-Beberibe visando

promover a conectividade funcional e estrutural entre as zonas estabelecidas nos artigos 7º e 8º deste Decreto e os demais remanescentes de Mata Atlântica existentes em seu território. (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

~~§ 1º A delimitação geográfica do Corredor Ecológico da APA Aldeia-Beberibe constado Anexo III deste Decreto. (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)~~

§ 1º A delimitação geográfica do Corredor Ecológico da APA Aldeia-Beberibe consta do Anexo III deste Decreto, desde que incorporado o conjunto de diretrizes, programas e atividades previstos no Plano de Manejo aprovado. (Redação alterada pelo art. 1º do Decreto nº 48.638, de 6 de fevereiro de 2020.)

§ 2º São definidas como principais estratégias para implantação do Corredor Ecológico da APA Aldeia-Beberibe: (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

I - recomposição de Áreas de Preservação Permanente – APP; (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

II - definição e recomposição de reserva legal, buscando, sempre que possível, alocar seu posicionamento na propriedade de modo a favorecer a conexão com outros remanescentes florestais; (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

III - restauração florestal de áreas degradadas, localizadas em posições estratégicas, paraestabelecer a conexão entre fragmentos florestais ou ao menos para diminuir a distância entre os fragmentos; (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

IV - estímulo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs; (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

V - fortalecimento e ampliação das Unidades de Conservação existentes no território;(Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

VI - incentivo à implantação de áreas verdes urbanas com espécies nativas regionais;(Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

VII - incentivo a atividades sustentáveis relacionadas ao múltiplo uso do solo, tais como agroecologia, sistemas agroflorestais e manejo sustentável de áreas de cana-de-açúcar e pastagem; (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

VIII - incentivo a atividades de turismo ecológico e rural que proporcionem o

desenvolvimento socioeconômico local e permitam geração de renda de forma compatível com a conservação dos recursos naturais; (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de5 de junho de 2019.)

IX - implementação de programas e projetos de educação ambiental com ênfase na importância da conservação da Mata Atlântica e do estabelecimento de corredores ecológicos, voltados sobretudo para produtores rurais e para o público estudantil local; (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

X - incremento das ações de fiscalização e controle; e (Acrescentado pelo art. 1º doDecreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

XI - articulação interinstitucional contínua para estabelecimento de parcerias que contribuam para a execução de ações de implementação e para a efetiva gestão compartilhada entre órgãos das instâncias municipal, estadual e federal. (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

XII - a compatibilização de seu espaço territorial com projetos estruturadores para o Estado, como o do Arco Metropolitano, que visam assegurar a melhoria na qualidade de vida dos pernambucanos, conforme o disposto no art. 225 da Constituição Federal. (Acrescido peloart. 1º do Decreto nº 48.638, de 6 de fevereiro de 2020.)

Art. 8º-B. A APA Aldeia-Beberibe fica incluída no Cadastro Estadual de Áreas Prioritárias para PSA como área prioritária para implantação de projetos de pagamento por serviços ambientais no Bioma Mata Atlântica para o Estado de Pernambuco, nos termos da Lei nº 15.809, 17 de maio de 2016. (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

Art. 8º-C. A APA Aldeia-Beberibe fica definida como área prioritária para compensação de reserva legal no Bioma Mata Atlântica para o Estado de Pernambuco, nos termos do § 6º e § 7º do artigo 66 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. (Acrescentado pelo art. 1º do Decreto nº 47.556, de 5 de junho de 2019.)

Art. 9º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.Art. 10. Revogam-se

as disposições em contrário.

Palácio do Campo das Princesas, em 17 de março de 2010.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOSLUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR

ANEXO II MEMORIAL DESCRITIVO

Descrição do Perímetro da Poligonal de Contorno da APA Aldeia-Beberibe:

A Área de Proteção Ambiental Aldeia - Beberibe está localizada nos Municípios de Araçoiaba, Abreu e Lima, Camaragibe, Igarassu, Recife, Paulista, Paudalho e São Lourenço da Mata. Tendo como ponto inicial (01) localizado entre o limite municipal de Tracunhaém e Paudalho, seguindo este limite até o ponto (02), interseção da área de Reserva Militar de Abreu e Lima. Desse ponto segue pelo limite da referida Reserva no sentido Sudeste percorrendo uma distância de aproximadamente 4.027m (Quatro mil e vinte sete metros) até o ponto (03) no encontro com a PE-027, desse ponto segue pela referida PE percorrendo uma distância de aproximadamente 7.680 (Sete mil seiscentos e oitenta metros), até encontrar a Estrada para Pirassirica no ponto (04), segue por esta estrada percorrendo uma distância de

aproximadamente de 2.499m (Dois mil quatrocentos e noventa e nove metros), até as margens do Rio Capibaribe no ponto (05), percorrendo o mesmo, no sentido Sudeste até o ponto (06) nas proximidades do Engenho Camurim, onde encontra uma estrada de Barro. Segue-se esta estrada contornando a Mata de Quizanga, até o ponto (07) nas proximidades do Rio Jurema, continua em estrada de barro, em sentido Leste, por aproximadamente 462m (Quatrocentos e sessenta e dois metros) até o ponto (08), segue-se sentido Sudeste aproximadamente 1130m (Um mil cento e trinta metros) até o ponto (09). Segue ao Norte até encontrar o Riacho do Besouro (Limite entre os municípios de Camaragibe e São Lourenço) no ponto (10), percorre- se o Riacho até o ponto (11), interseção com a Rua Estrada Chácara da Tabatinga, segue-se esta no sentido Nordeste, seguindo o gasoduto por aproximadamente 2358m (Dois mil trezentos e cinqüenta e oito metros) até o ponto (12) encontrando-se novamente com a PE-27, segue pela referida PE, até o ponto (13), de onde inflecte a Oeste com a Estrada da FOP (Faculdade de Odontologia de Pernambuco) segue por esta por aproximadamente 1753m (Um mil seiscentos e cinqüenta e três metros) até a estrada dos Macacos no ponto (14). A partir deste ponto contorna-se o Parque Estadual de Dois Irmãos até a BR-101 no ponto (15) segue-se ao Norte na referida BR até o encontro com a PE-18 no ponto (16) , segue-se a referida PE (Limite municipal entre Abreu e Lima e Paulista), cerca de 1,4Km no ponto (17), segue-se ao Norte até o Rio Utinga no ponto (18), segue no sentido Leste do Rio até o ponto (19), Limite entre Igarassu e Abreu e Lima, segue o limite municipal até o ponto (20), continua em estrada de barro, em sentido Norte no sentido do gasoduto até o ponto (21), segue o contorno da Mata de Pau de Légua ao Leste, seguindo a estrada por aproximadamente2704m (Dois mil setecentos e quatro metros), até o ponto (22), segue-se a Nordeste pela Rua Gravatá por aproximadamente 1445m (Um mil quatrocentos e quarenta e cinco metros) até o ponto (23) encontro com a estrada de Monjope. Segue-se esta por aproximadamente 9143m (Nove mil cento e quarenta e três metros) até o ponto (24), segue a Oeste até o ponto (25) encontro com a Mata da Usina São José, contorna-se a mata até o ponto (26) e em segue-se para Nordeste em estrada de barro contornada por área de cana-de-açúcar até o ponto (27), encontro com a PE-41, segue-se na PE até o ponto (28), segue-se a partir daí a seqüência dos pontos (29 ao 40) referentes a área urbana e de expansão urbana de Araçoiaba, definida em Plano Diretor de tal município, sob Lei municipal nº0193/2008. A partir daí segue-se a PE-41 até o ponto (41) segue-se a linha de limite da Reserva Militar de Abreu e Lima na direção Sudeste até encontrar o ponto (01), ponto de partida fechando assim o perímetro da poligonal em apreço, totalizando uma

área de 31.634ha (Trinta e um mil seiscentos e trinta e quatro hectares), sendo 14.261ha (Quatorze mil duzentos e sessenta e um hectares) correspondentes aárea remanescente de Mata Atlântica.Todas as coordenadas aqui descritas são extraídas de bases cartográficas digitais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao no Meridiano Central 33ºW, Fuso 25 e Sistema de Referência SAD 69.

Tabela de Coordenadas		
Ponto	***Este (m)***	***Norte (m)***
01	263840.17	9136997.66
02	263611.67	9135000.00
03	265999.80	9131830.21
04	270930.55	9126486.15
05	269169.20	9125000.97
06	271280.64	9119529.84
07	274729.26	9120103.34
08	275246.95	9120147.92
09	276072.33	9119622.54
10	276165.96	9119973.25
11	280589.05	9115382.72
12	281892.96	9117158.07
13	282674.58	9115244.55
14	284181.78	9115332.75
15	286501.82	9114404.15
16	290690.14	9123155.30
17	277905.63	9124484.13
18	277296.19	9125873.08
19	280783.29	9126839.66
20	285662.99	9127039.45

Ponto	***Este (m)***	***Norte (m)***
21	286023.48	9127914.35
22	288082.90	9129353.96
23	288922.56	9130390.86
24	281321.99	9132024.92
25	280098.26	9132385.75
26	279524.04	9134818.33
27	278741.63	9135516.89
28	271120.83	9137200.95
29	271235.22	9137222.28
30	271154.14	9137472.04
31	271037.40	9137469.01
32	270983.90	9138000.75
33	270673.17	9138511.94
34	270838.31	9138741.43
35	271161.21	9138791.83
36	271136.53	9139093.40
37	270643.23	9139126.35
38	269460.95	9139432.38
39	268882.25	9139160.28
40	268809.55	9138762.27
41	266458.67	9139343.77

ANEXO III

NOTÍCIA CREA-PE em 07 dezembro de 2009:

O Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (Consema/PE) aprovou, na sexta-feira (27), em Petrolina, a proposta de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe. A APA, implementada na Região Metropolitana do Recife (RMR), compreende parte dos municípios de Camaragibe, Recife, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Araçoiaba, Paudalho e Tracunhaém, em um total de quase 31 mil hectares. O presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco (Crea-PE), José Mário Cavalcanti, participou da reunião. No dia 5 de novembro deste ano, a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma) realizou audiência pública, no município de Aldeia, para discutir a implantação e a viabilidade de gestão dessa APA. Com a aprovação do Consema, a Sectma encaminhará para a assinatura do governador Eduardo Campos, a minuta de decreto que instituirá legalmente a APA Aldeia-Beberibe. O secretário executivo de Meio Ambiente da Sectma, Hélvio Polito, destacou que após assinatura do governador para criação da Unidade de Conservação (UC), o grande desafio será definir o conselho gestor que irá trabalhar em conjunto com a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), órgão responsável pela gestão das UCs estaduais. A coordenadora do grupo de trabalho responsável pela criação da APA, Giannina Cysneiros, explicou que para finalizar a proposta, foram realizadas diversas reuniões com agentes ambientais da região, secretários e diretores ambientais dos municípios envolvidos. “Analisando os planos diretores das prefeituras envolvidas, verificamos que todas já tinham em comum o interesse estratégico para preservação dos recursos hídricos e florestais daquela região”, ressaltou. Hélvio lembrou, ainda, da importância dos benefícios que uma UC pode trazer para os municípios, através dos recursos de compensação ambiental do ICMS Socioambiental. *Com informações da ASC do Consema

https://www.creape.org.br/consema-aprova-criacao-da-apa-aldeia-beberibe-2/

ANEXO IV

Consulta ao site da CPRH Agência Estadual de Meio Ambiente/Governo do Estado de PE

APA Aldeia-Beberibe

A APA Aldeia-Beberibe, Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, foi criada pelo Decreto Estadual nº 34.692 de 17 de março de 2010. Possui uma área de 31.634 hectares, perpassando pelos seguintes munícipios: Abreu e Lima (69,02%), Araçoiaba (28,71%), Camaragibe (46,69%), Igarassu (22,78%), Paudalho (10,18%), Paulista (22,24%), Recife (23,31%) e São Lourenço da Mata (2,51%).

A APA está inserida no Bioma Mata Atlântica e possui em seu território cinco Unidades de Conservação de Proteção Integral: a Estação Ecológica de Caetés (Paulista), o Parque Estadual de Dois Irmãos (Recife), Refúgio da Vida Silvestre Mata de Miritiba, inserida na área do CIMNC – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcante (Abreu e Lima), Refúgio da Vida Silvestre Mata da Usina São José (Igarassu) e o Refúgio da Vida Silvestre Mata do Quizanga (São Lourenço da Mata).

A criação da APA teve como objetivo proteger os recursos hídricos, as espécies da fauna e da flora da Mata Atlântica raras e ameaçadas de extinção, como também promover a melhoria da qualidade de vida da população que habita a UC e seu entorno, visando o convívio respeitoso e sustentável com a natureza.

http://www2.cprh.pe.gov.br/uc/apa-aldeia-beberibe/